

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-02-2019.

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira e Reginaldo Pujol. Em continuidade, João Carlos Nedel, secretariando os trabalhos, procedeu à leitura de comunicados, conforme segue: *“No dia 31 de janeiro de 2019, os vereadores Elizandro Sabino, Rodrigo Maroni, Dr. Thiago e Sofia Cavedon renunciaram a seus mandatos parlamentares neste Legislativo, a fim de assumirem mandatos de Deputado Estadual. Em consequência, os suplentes Luciano Marcantônio, Pastor Hamilton, Nelcir Tessaro e Engº Comassetto assumiram a titularidade da vereança na mesma data. No dia 1º de fevereiro de 2019, a vereadora Fernanda Melchionna renunciou a seu mandato parlamentar neste Legislativo, a fim de assumir mandato de Deputada Federal. Em consequência, a suplente Karen Santos assumiu a titularidade da vereança na mesma data. No dia 1º de fevereiro de 2019, os suplentes Luciano Marcantônio, Pastor Hamilton, Nelcir Tessaro e Karen Santos foram empossados na vereança, em substituição, respectivamente, aos vereadores Elizandro Sabino, Rodrigo Maroni, Dr. Thiago e Fernanda Melchionna. O vereador Luciano Marcantônio passou a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, os vereadores Pastor Hamilton e Nelcir Tessaro passaram a integrar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM e a vereadora Karen Santos passou a integrar a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. No dia 1º de fevereiro de 2019, o vereador Luciano Marcantônio afastou-se da vereança, a fim de assumir o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, tendo o suplente Rafão Oliveira sido empossado na vereança na mesma data, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Os vereadores Cassiá Carpes e Ricardo Gomes foram indicados para exercerem, respectivamente, os cargos de Líder e Vice-Líder da Bancada do PP, a contar do mês de janeiro de 2019, conforme SEI nº 033.00002/2019-94”*. A seguir, a Presidente concedeu a palavra a Nelson Marchezan Júnior, Prefeito do Município de Porto Alegre. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta minutos às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Pastor Hamilton (Processo SEI nº 110000145.00008/2019-01), solicitando a

alteração de seu nome parlamentar para Hamilton Sossmeier. Também, foi apregoado documento firmado por Ricardo Gomes (Processo SEI nº 047.00007/2019-11), informando nos termos do § 6º do artigo 227 do Regimento, sua participação, do dia seis ao dia doze de fevereiro do corrente, no Encontro da Liberal Internacional – *Liberal International Bureau Strategic Breakaway* –, em Berlim, Alemanha. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios do Prefeito: nºs 007 e 008/19, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/17 e do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 010/17 (Processos nºs 2557 e 2065/17, respectivamente); nºs 002 e 055/19, encaminhando Vetos Totais aos Projetos de Lei do Legislativo nºs 283 e 125/17 (Processos nºs 2607 e 1081/17, respectivamente); e nº 012/19, comunicando que estaria em gozo de férias regulamentares do dia quinze ao dia vinte e três de janeiro do corrente. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 038/18 (Processo nº 1364/18), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 176/18 (Processo nº 1385/18), de autoria de Giovane Byl; o Projeto de Lei do Legislativo nº 169/18 (Processo nº 1376/18), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 172/18 (Processo nº 1380/18), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 006/18 (Processo nº 1295/18), de autoria de Luciano Victorino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 131/18 (Processo nº 1294/18), de autoria de Luciano Victorino e Roberto Robaina; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/18 (Processo nº 1395/18), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Resolução nº 012/18 (Processo nº 0677/18), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Lei do Legislativo nº 157/18 (Processo nº 1345/18), de autoria de Paulo Brum; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 143 e 144/18 (Processos nºs 1319 e 1320/18, respectivamente), de autoria de Samir Squeff. A seguir, por solicitações de Nelcir Tessaro e Reginaldo Pujol, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Edson Castêncio e a Hugo Giudice Paz, respectivamente. Em prosseguimento, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Fernando Ismael Schunck, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre, que se pronunciou acerca de resultados alcançados no ano de dois mil e dezoito. Após, Reginaldo Pujol, Airto Ferronato, Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim, André Carús, Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, Roberto Robaina e Felipe Camozzato manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular, nos termos do artigo 206 do Regimento. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezesseis minutos às quinze horas e dezessete minutos. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Adeli Sell e Airto Ferronato. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, André Carús, Ricardo Gomes, este em tempo cedido por Cassiá Carpes, Cassio Trogildo e Nelcir Tessaro, este em tempo cedido por João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Karen Santos, Mauro Pinheiro, este duas vezes, Hamilton Sossmeier, Cassiá Carpes, Professor Wambert e Cassio Trogildo. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro

Zacher, solicitando Licença Paternidade do dia primeiro ao dia cinco de fevereiro do corrente. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 004, 016 e 017/18, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 263/15, 100, 334, 336, 348 e 375/17, 027, 035, 039, 046, 063, 064, 093, 105, 113, 115, 118, 120, 125, 128, 136, 137, 140, 142, 148, 153, 160, 161, 165 e 127/18, este discutido por Reginaldo Pujol, e 005, 041, 043, 044, 052 e 054/18, estes seis últimos discutidos por Lourdes Sprenger, o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/18 e o Projeto de Resolução nº 033/18. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Reginaldo Pujol. Às dezessete horas e trinta e três minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Alvoni Medina e Reginaldo Pujol e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel, secretário *ad hoc*, está com a palavra.

SR. SECRETÁRIO *ad hoc* JOÃO CARLOS NEDEL (PP): No dia 31 de janeiro de 2019, os vereadores Elizandro Sabino, Rodrigo Maroni, Dr. Thiago e Sofia Cavedon renunciaram a seus mandatos parlamentares neste Legislativo, a fim de assumirem mandatos de deputado estadual. Em consequência, os suplentes Luciano Marcantônio, Pastor Hamilton, Nelcir Tessaro e Engº Comassetto assumiram a titularidade da vereança na mesma data.

No dia 1º de fevereiro de 2019, a vereadora Fernanda Melchionna renunciou a seu mandato parlamentar neste Legislativo, a fim de assumir mandato de deputada federal. Em consequência, a suplente Karen Santos assumiu a titularidade da vereança na mesma data.

No dia 1º de fevereiro de 2019, os suplentes Luciano Marcantônio, Pastor Hamilton, Nelcir Tessaro e Karen Santos foram empossados na vereança, em substituição, respectivamente, aos vereadores Elizandro Sabino, Rodrigo Maroni, Dr. Thiago e Fernanda Melchionna. O vereador Luciano Marcantônio passou a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, os vereadores Pastor Hamilton e Nelcir Tessaro passaram a integrar a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM e a vereadora Karen Santos passou a integrar a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

No dia 1º de fevereiro de 2019, o vereador Luciano Marcantônio afastou-se da vereança, a fim de assumir o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, tendo o suplente Rafão Oliveira sido empossado na vereança na mesma data, passando a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Os vereadores Cassiá Carpes e Ricardo Gomes foram indicados para exercerem, respectivamente, os cargos de líder e vice-líder da bancada do PP, a contar do mês de janeiro de 2019, conforme SEI nº 033.00002/2019-94.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no dia de hoje, esta Casa retoma as suas atividades com o início de mais um ano legislativo. Será um ano de muito trabalho diante dos desafios que se apresentam na busca de melhorias para a nossa Cidade. Nesta oportunidade, recebemos a visita do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, o qual gentilmente comparece, de forma espontânea, a este Legislativo para trazer a sua saudação aos parlamentares neste período que se inicia.

O Sr. Nelson Marchezan Júnior está com a palavra.

SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR: Boa tarde, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui na abertura dos trabalhos do Poder Legislativo Municipal da capital do Estado do Rio Grande do Sul. Quero agradecer a oportunidade e faço isso em nome dos 36 vereadores, da Mesa e, muito especialmente, da Presidente Mônica Leal. Eu quero, saudando a Presidente Mônica, saudar toda a Mesa e todos os vereadores, saudar o nosso líder do governo Ver. Mauro Pinheiro, o vice-líder Moisés Barboza e, saudando esses mencionados, saudar todos 36 vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal. Também quero fazer uma referência muito especial aqui aos vereadores que estão seguindo o seu mandato, mas muito especialmente à Ver.^a Karen Santos do PSOL, ao Ver. Hamilton, do PSC, ao Ver. Eng^o Comassetto, do Partido dos Trabalhadores, ao Ver. Nelcir Tessaro, do Democratas, ao Ver. Luciano Marcantônio, que assume aqui como titular, mas que ainda permanece na Secretaria Municipal, e ao Ver. Rafão Oliveira, que assume a pasta de trabalho, a cadeira do Ver. Luciano Marcantônio, enquanto ele estiver prestando os seus serviços no Executivo Municipal.

Eu quero fazer uma referência também ao presidente da Aiamu, Sr. Fernando Schunck, nosso colega do Poder Executivo, e saudar todos os colegas que vêm prestigiar a sua manifestação na tribuna hoje, e os secretários municipais que estão aqui hoje, o Orestes, de Comunicação, que me acompanha; o secretário da Fazenda, Leonardo; e o secretário de Educação, o Adriano, que vêm aqui hoje participar de outros trabalhos também deste Poder Legislativo. Quero inicialmente agradecer, mais uma vez, a oportunidade. Eu venho aqui, no primeiro dia, apenas como uma manifestação de boas-vindas aos senhores, bom início de trabalho ao Poder Legislativo, que inicia seus trabalhos no mês de fevereiro deste ano de 2019, para dizer que os desafios de Porto Alegre são gigantescos. Os senhores, como eu, bem os conhecem no dia a dia, alguns até talvez em determinados setores o conheçam ainda com mais profundidade, determinadas regiões, os senhores talvez os conheçam ainda com mais experiência, há mais tempo, e a sua contribuição será muito bem-vinda.

Vereadora Mônica, estamos aqui para, numa breve mensagem, dizer que estamos no terceiro ano de governo, passamos o primeiro ano de adaptação, de conhecimento mútuo entre os integrantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo; passamos o segundo ano, um ano eleitoral e um período eleitoral que, como todos são diferentes dos anteriores, esse a gente pode dizer foi bastante diferente ainda dos anos anteriores. Estamos agora entrando no terceiro ano, e acho que é um ano de extrema oportunidade, estamos entremeados entre o segundo ano, que é um ano eleitoral, das

eleições gerais, o quarto ano, que é um ano de eleições municipais, já não estamos aqui no primeiro ano do cargo do mandato do Executivo nem do Legislativo, ou seja, todos nós já temos um conhecimento mútuo. Temos orgulho do que fizemos, daquilo que nós poderíamos ter feito melhor e sabemos que ainda temos tempo, que ainda podemos aprimorar os nossos erros e avançar naquilo que entendemos que tivemos acertos. Do ponto de vista de construção de uma cidade, talvez nós estejamos entrando no ano que pode ser o mais produtivo não apenas pelas entregas que o Poder Executivo deve fazer no seu terceiro ano de amadurecimento, mas, sim, por todo esse cenário propício do ponto de vista de autoconhecimento de todos nós, do ponto de vista de conhecimento da estrutura e da realidade atual da nossa Cidade, do ponto de vista temporal, período entre duas eleições, e do ponto de vista de realização. Acho que é uma excelente oportunidade em que podemos avançar em proposituras legislativas, tanto do Legislativo quanto do Executivo, para que possamos aprimorar o arcabouço legal do Município de Porto Alegre.

Eu quero dar, em nome do Poder Executivo, de todos os secretários, as boas-vindas, e deixar a mensagem que entendemos ser um ano de grandes oportunidades, não eleitorais, não partidárias, mas quiçá pessoais para aqueles que têm, na sua vocação, na sua vontade, na sua índole, a realização do bem público. Reitero: acho que o terceiro ano é um ano de grandes oportunidades para que a gente possa construir ainda mais do que no primeiro, mais do que no segundo e mais ainda do que no quarto ano a realização dos desejos dos porto-alegrenses. Espero que todos nós tenhamos a possibilidade, a maturidade e a boa vontade para aproveitar este ano que recém se inicia. Bom ano novo, bom trabalho a todas as senhoras e os senhores, e muito obrigado por esses dois anos de relacionamento. Àqueles que chegam agora ao Poder Legislativo sucesso, felicidade, realizações, boa sorte! Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito obrigada, prefeito Marchezan Júnior. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h30min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h35min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do jornalista, fotógrafo que tanto transitou por esta Casa e pelos outros parlamentos, o Sr. Edson Castêncio, conhecido como Paparazzi. Ele faleceu no sábado e teve seus atos funerários no dia de ontem. Que esta Casa possa homenageá-lo com um minuto de silêncio.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, na mesma linha, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Hugo Giudice Paz, ocorrido no dia 27 de janeiro. Gostaria que também integrasse esta homenagem póstuma. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal – Aiamu, que tratará de assunto relativo aos resultados alcançados em 2018. O Sr. Fernando Ismael Schunck, presidente da Aiamu, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. FERNANDO ISMAEL SCHUNCK: Boa tarde, cumprimentando a Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Mônica Leal, estendo os meus cumprimentos a todas as autoridades presentes. Gostaria de agradecer pelo espaço disponibilizado à Aiamu para que pudéssemos vir aqui neste plenário apresentar os resultados de arrecadação, fruto do trabalho dos auditores fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre. Antes de apresentar alguns importantes resultados alcançados com o trabalho dos auditores fiscais, cabe ressaltar que esses resultados só foram possíveis graças à reestruturação da Secretaria da Fazenda que foi aprovada nesta Casa Legislativa em abril de 2015, oportunidade em que foram criadas a Receita Municipal e a Superintendência de Tecnologia de Informação. Esta Casa entendeu acertadamente que Porto Alegre precisava ter uma fiscalização tributária estruturada, moderna e eficiente, e, ano após ano, estamos demonstrando com resultados o quão acertada foi essa decisão.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SR. FERNANDO ISMAEL SCHUNCK: Não por acaso, Porto Alegre, hoje, é referência nacional em recuperação da dívida ativa e está entre as principais capitais em arrecadação tributária própria *per capita*. Quanto aos resultados propriamente ditos, neste primeiro *slide* apresentamos o crescimento histórico da arrecadação tributária própria. Ao analisarmos este gráfico, fica muito clara a constante evolução da arrecadação. Nestes últimos anos conseguimos manter os fechamentos anuais de arrecadação sempre com crescimento real. Este ano chegaremos à marca histórica de R\$ 1 bilhão de ISSQN arrecadados, sem aumento de alíquota. Isso é fruto do incansável trabalho de combate à sonegação e cobrança de devedores. Um fato

recente que todos aqui conhecem foi o lançamento em tempo recorde da carga geral do IPTU e o ótimo resultado de arrecadação deste imposto. Foram recolhidos antecipadamente R\$ 383 milhões, representando um acréscimo de 7,26% em relação ao mesmo período do ano passado. Deste total foram recolhidos, até 31 de dezembro, R\$ 40 milhões a mais do que no mesmo período do ano passado, viabilizando o pagamento em dia dos salários dos servidores no mês de dezembro. Isso só foi possível em face da revisão dos processos internos e o intenso trabalho dos auditores fiscais, que permitiu que as guias de pagamento fossem disponibilizadas aos contribuintes em tempo recorde.

Neste outro *slide* comparamos o desempenho das receitas próprias com o das transferências e da receita federal. Observem no canto esquerdo, em azul, que o crescimento das receitas próprias do Município apresentou um crescimento real nos anos de 2017 e 2018. No canto direito, observa-se que a receita federal apresentou desempenho acima da inflação apenas em 2018. Já, ao centro, observamos que as transferências, em que pese tenham apresentado pequena recuperação, continuam com desempenho abaixo da inflação. Se dependêssemos apenas das transferências, as dificuldades financeiras por que passa o nosso Município seriam incontornáveis. Fica claro, portanto, que, em que pesem as dificuldades enfrentadas pelos entes em face da crise econômica dos últimos anos, Porto Alegre continua superando as dificuldades, obtendo crescimento real de arrecadação. Isso só foi possível porque, ainda que sempre tenhamos contado com o quadro técnico capacitado e comprometido, hoje temos uma estrutura moderna capaz de rever seus métodos e inovar. Temos ferramentas de tecnologia de informação, o que nos permite cruzar uma grande diversidade de dados; além de cobrarmos, de forma mais eficiente, aqueles que devem para o Município.

Aproveitando essa informação a respeito da contínua queda nas transferências constitucionais, analisada em conjunto com o ótimo desempenho da arrecadação própria de Porto Alegre, chamo a atenção das senhoras e dos senhores quanto à importância de não permitirmos que os municípios percam a sua autonomia, haja vista as propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional, especialmente aquela que pretende implantar o IBS – Imposto Sobre Bens e Serviços. Corremos um sério risco de perder o ISSQN – imposto de maior participação no bolo tributário – e passarmos a depender ainda mais das transferências. Sem dúvida, precisamos simplificar o sistema tributário, resguardando, contudo, a autonomia municipal.

Como eu havia referido anteriormente, Porto Alegre é referência nacional em recuperação da dívida ativa. O retorno sobre o estoque da dívida tributária alcançou 10,78%, o que nos mantém como primeira colocada, entre as capitais, com desempenho 2,4 vezes superior ao segundo colocado. Haja vista os projetos aprovados nesta Casa, hoje Porto Alegre trabalha com protesto e negativação, que são meios eficientes para cobrança dos devedores. Ultrapassamos a marca dos R\$ 200 milhões recuperados em um ano, pela cobrança de contribuintes inadimplentes, outro recorde. Desde o ano de 2017, já recebemos as prefeituras de diversas capitais, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de diversos municípios da Região Metropolitana e do interior do Estado, todos buscando conhecer a forma como trabalha a Receita Municipal e as

inovações que implantamos na cobrança da dívida ativa. No informativo que distribuiremos aos Srs. Vereadores constam diversos outros resultados alcançados, contudo, gostaria de encerrar minha fala ponderando algumas questões que julgo essenciais.

A Aiamu tem como missão institucional a promoção e valorização do trabalho dos auditores fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre, contudo, jamais se furtou a promover o bom debate técnico sobre temas relacionados à administração e direito tributário, seja por meio da realização Semaat – Seminário da Aiamu de Administração Tributária Municipal, seja por meio do diálogo com os vereadores desta Casa. A Aiamu estará sempre à disposição para auxiliá-los nos temas que envolvem as questões tributárias. Concluo, reafirmando o compromisso dos auditores fiscais com a sociedade porto-alegrense, em que pese o déficit crescente de técnicos na Receita Municipal. Conforme o Portal da Transparência de dezembro de 2018, 17% dos cargos de auditor fiscal estão vagos, e ainda temos várias aposentadorias previstas para os próximos dois anos. Em que pese esse déficit, bem como as dificuldades de gestão que estamos enfrentando nos últimos meses na Receita Municipal, que, infelizmente, impactam negativamente diversas rotinas de trabalhos e projetos em andamento, tais como o novo aerolevanteamento, Cadin, desenvolvimento do sistema DES-IF e o desenvolvimento do sistema de programação fiscal, seguimos acreditando que esses problemas serão superados e continuamos trabalhando para uma Porto Alegre melhor.

Agradeço a atenção a mim dispensada e desejo uma boa tarde de trabalho a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, em nome do Democratas, nossa bancada de vereadores queria cumprimentar o orador, Dr. Fernando, presidente da Aiamu pelas informações aqui trazidas e apresentadas de forma muito didática, de tal sorte que passam a ser de domínio de todos nós. Nós nunca desconhecemos o trabalho dos servidores do Município, que, muitas vezes, são injustiçados, fazendo com que, em algumas exceções, sejam apresentados como sendo representantes da totalidade. Não é essa a verdade. A verdade é que, na sua grande maioria, os servidores do Município de Porto Alegre são determinados, responsáveis, na mesma linha em que os senhores e as senhoras integram a Aiamu, que é uma entidade muito bem vista nesta Casa, especialmente por nós, os democratas. Por isso, agradeço a gentileza não só por fazer essa exposição didática, mas por incrementá-la com a entrega dessa suma documental que permitirá que, permanentemente, nós estejamos em contato com o excelente trabalho realizado na área tributária dos colegas de V. Exa., a quem faremos, na sua figura, uma homenagem toda especial. Obrigado pela presença e muito

mais pelas informações trazidas de forma pedagógica a toda Casa dos representantes do Povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha querida Presidente Mônica, amigo, presidente Fernando, meu abraço a ti e a todos nossos colegas, auditores fiscais do Município de Porto Alegre e outros servidores da Prefeitura; quero trazer um abraço também a toda tua direção e aos presentes na tarde de hoje. E dizer – eu sou fiscal de tributos, talvez possa ser suspeito – que eu estive participando, participei praticamente de todos os seminários, os nossos Semaats capitaneados pela Aiamu. Eu estou aqui para confirmar, essencialmente nos últimos anos, a presença de auditores municipais de diferentes capitais do País e de diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e eles chegam aqui exatamente para aprender com a nossa fiscalização e para verificar o porquê dos resultados que aqui se alcançam. Como estava falando agora com o amigo Marcelo, a tendência no País é de redução de índices de arrecadação, e naqueles que temos aumento, os incrementos são muito pequenos. Nós não vemos outros indicadores por trás disso que possam explicar melhor os resultados alcançados pela Prefeitura, pela Receita Municipal, pela Fazenda a não ser a competência, dedicação e carinho com que se trata da coisa pública na Fazenda, essencialmente junto aos nossos auditores.

Estamos aí para deixar um abraço a ti, a todos, e, para concluir, quero dizer que, na verdade – e lá no Estado se fala tanto em como se faz, em nível de governo – o olhar atento, as ações da Secretaria, essencialmente a busca de recursos públicos são caminhos a serem perseguidos pelos nossos comandantes, pelos nossos governos, porque, se de um lado se fala na redução de despesa, nós precisamos, antes de pensar numa redução, pensar, sim, em como incrementar a receita do nosso Município. Portanto, um abraço a ti, a tua direção, aos nossos colegas, estamos às ordens aqui na Câmara. Obrigado e um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Aírto Ferronato. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica, Presidente Fernando, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, venho fazer essa saudação. Aqui temos dois minutos, logicamente não cabe uma análise sobre os dados apresentados, já os tinha visto – recebo teus WhatsApps, então consigo vê-los. Quero aqui agradecer, reconheço o aumento das receitas próprias graças à eficiência da

atuação, uma eficiência crescente que se reflete principalmente na questão das receitas próprias. Fica aqui uma pergunta, porque a fala do prefeito, em certa medida, contradiz aquilo que você colocou aqui e o que é colocado como aumento de receita. O prefeito acaba encontrando esse mantra de que não temos recurso para nada, ao invés de focar justamente na eficiência do Município, que tem disponibilidade, tem competência técnica não só pelos auditores fiscais, mas por uma gama de servidores e servidoras que têm competência para prestar e entregar serviços melhores para o cidadão e para a cidadã. Então essa é uma conversa racional, deveria ser feita com a profundidade que merece. Parabéns pelo trabalho! Estamos todos aqui torcendo por Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Fernando, bem-vindo. Um abraço a todos os que estão aqui acompanhando, ao pessoal da Aiamu. Eu estava aqui pensando: o presidente da Aiamu veio aqui, apresentou um aumento na receita, mas, ao mesmo tempo, essa categoria foi a única que perdeu, no último ano, 50% do que recebia; é a única categoria que eu conheço que perdeu salário, mas perdeu de forma violenta. Eu quero dizer a todos aqui, alto e bom som, que eu estou junto nessa briga. Se tiver que aumentar o teto do prefeito ou o nosso, enquanto vereadores, eu não tenho nenhum problema, mas quem arrecada para o Município precisa e merece ser bem pago. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo governo.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Boa tarde, Sra. Presidente, Fernando, representante da entidade que participa da Tribuna Popular, que é um instrumento importante do nosso Regimento para que não só os vereadores, mas a comunidade tome conhecimento daquelas ações que são feitas em seu próprio benefício. A Receita Municipal tem sido incansável aqui, não só no diálogo com esta Casa, mas também apresentando resultados positivos, que hoje foram aqui corroborados com a divulgação desses dados, que, tenho certeza, são fruto de uma opção feita lá em 2015 pela formalização da criação do setor da Receita Municipal. Não adianta nós tratarmos a receita apenas como mais uma das obrigações do serviço público municipal. Vivemos em um cenário de dificuldades, com desigualdades na Federação brasileira, e o Município é quem recebe a menor parte desse bolo tributário. São setores como os liderados por vocês, auditores fiscais do Município, que garantem a segurança

financeira, a arrecadação, a cobrança dos sonegadores e os recursos necessários para aquelas áreas que são mais reclamadas pela população.

Eu, como vice-líder, me somo às manifestações do Ver. Idenir Cecchim, que é líder da nossa bancada, porque a boa remuneração deve ser acompanhada, sim, de um serviço eficiente pela Cidade, e é isso que fazem os auditores fiscais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, eu gostaria só de esclarecer que é um vereador por bancada e, como o Ver. Idenir Cecchim já falou pelo MDB, eu vou considerar a sua fala, Ver. André Carús, como do governo.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu quero saudá-la, Presidente Mônica; saudar o presidente da Associação dos Auditores Fiscais, Fernando Schunck, quero parabenizar a todos vocês, principalmente depois de me debruçar sobre esse ótimo relatório que vocês fizeram. Chamou-me a atenção que o ISSQN não teve aumento de alíquota, e ele cresceu, e me chama a atenção as receitas próprias, que são maiores do que as transferências e receita federal. E quero salientar, dar força, para que vocês continuem apertando os sonegadores, isso é importante.

Então, eu falo em nome do nosso partido, com todo o carinho com vocês, toda a dedicação. Como diz aqui, o pagamento do IPTU em Porto Alegre se deu por mais de 47% das pessoas, à vista, eu mesmo fui um que este ano paguei à vista, no outro ano eu parcelei, e uma das razões foi por que não teve aumento do IPTU, é bom falar. Se tivesse o aumento do IPTU, não teria sido, eu tenho certeza, esse índice tão alto de 47%. Então, nós temos que repensar, junto com vocês, analisar, se foi bom para a nossa Cidade, deve ser bom para todos nós. E, hoje, aqui é um ambiente muito bom, a presença do prefeito aqui, buscando a harmonia, buscando os poderes, e a presença de vocês aqui, que são muito respeitados por nós, mostra que nós temos um ano importantíssimo para, com harmonia, buscando o diálogo, ajustar essas pequenas coisas, mas que não tenha, principalmente, prejuízo à sociedade.

Então, em nome do PP, de toda a nossa bancada, a Mônica, o Nedel e o Ricardo, queremos parabenizá-lo com essas sugestões, com essas questões que vêm à tona a cada ano e que, naturalmente, são muito importantes para a Capital. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, Presidente, na pessoa de V. Exa., eu quero cumprimentar os demais vereadores e

vereadoras, especialmente o Fernando, presidente da Aiamu, e vejo aqui o ex-dirigente da Aiamu, e também o pessoal da Cooperativa, o pessoal do ITBI, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm sempre atendido com muita cordialidade, com muita presteza, com muita objetividade. Falo aqui em nome da bancada do PDT, na condição de líder da bancada, mas também porque, em função da relação que tenho com o mercado imobiliário, acaba sempre havendo muitas demandas de ITBIs, mas o próprio IPTU e o ISSQN que incide sobre as imobiliárias. Então, a gente realmente tem sempre tido muita presteza.

Parabéns pelos números que vocês trazem, que demonstram empenho e determinação, força de vontade, capacidade. Infelizmente, como foi dito aqui pelo Ver. Cecchim, tivemos essa questão que envolve a legislação, mas, ao final do ano passado, é verdade, estivemos empenhados em trabalhar essa questão do teto, não foi possível, quem sabe neste ano vamos enfrentar essa pauta novamente, estaremos à disposição para construir uma alternativa que possa proporcionar uma remuneração justa para quem faz tanto por nossa Cidade, numa área tão sensível que é a arrecadação. Parabéns a todos vocês, parabéns pelo trabalho da Aiamu, que de forma sucinta, objetiva e inteligente nos traz esses números que, tenho certeza, conforta a todos. Parabéns, sucesso, vida longa à Aiamu! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, é uma satisfação essa retomada dos trabalhos; presidente Fernando, a Aiamu é uma entidade muito importante para nós, porque permite a qualificação do debate na Câmara de Vereadores na medida em que vocês fazem estudos sérios sobre as finanças da Cidade. Para nós, isso é um elemento fundamental, nós parabenizamos a Aiamu por cumprir esse papel. A gente tem que estudar evidentemente o trabalho de vocês, fazer um estudo profundo que indica aumento da receita. Isso tem muita importância, o aumento da receita é um objetivo e, de uma certa forma, nós, da oposição, e falo como líder da oposição, do PT, do PSOL, nós temos insistido que o melhor para se fazer em uma gerência correta na cidade de Porto Alegre não é enfrentar os servidores, é estimular os servidores. Se nós temos um governo capaz de estimular os servidores, não confrontar os servidores, até a receita responde, e nós tivemos, não no ano passado, mas no ano retrasado, um processo de enfrentamento do governo contra os auditores que foi muito prejudicial. Eu acho que o trabalho de vocês e o aumento da receita mostram a importância da Aiamu e dos auditores e, portanto, a necessidade de valorizar esse serviço, enquanto há aumento da receita. Infelizmente, temos defasagem salarial dos servidores públicos, além de atraso salarial, nós, da oposição, vamos combater isso porque consideramos um desrespeito ao serviço público, e a Aiamu tem que saber que conta com a oposição em relação a essa questão. Parabéns pelo trabalho de vocês;

parabéns, Presidente Mônica, por essa retomada em sua primeira sessão oficial como Presidente da Câmara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria, primeiro, de parabenizar pelos dados trazidos e agradecer, acho que isso enriquece o debate sobre Porto Alegre e, na minha opinião, reforça um argumento que eu tenho utilizado desde o início do mandato: Porto Alegre não tem problema de receita, de arrecadação, mas, sim, um problema de despesas. O fato de trazer os dados, ajustados pela inflação, mostrando grande crescimento na arrecadação dos tributos municipais, reforça a tese de que nós não temos um problema de arrecadação. Porto Alegre vem arrecadando bem, cada vez mais e melhor por conta também do excelente trabalho, com muito profissionalismo, que a Receita Municipal tem desempenhado. A nossa crise fiscal está ligada à falta de controle sobre as despesas, é nisso que a gente tem que atuar, e não em elevação de tributos. Obrigado novamente pela apresentação, por trazer esses dados e, mais uma vez, parabéns pelo trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Fernando, presidente da Aiamu, aos senhores representantes também, que estão sempre presentes, sempre atentos e disponíveis, acompanhando o trabalho do Legislativo, trazendo as suas demandas e prestando contas a esta Casa e ao Município. O trabalho dos auditores fiscais é de extrema importância, pois lida com algo muito sério, que são os tributos do Município, que têm relação direta com os cidadãos, com os contribuintes, que precisam saber com o que contribuem, de que forma e qual o retorno que isso deve dar a eles e a toda a sociedade. Vocês, enquanto associação, demonstram muita organização e interesse de que o trabalho seja esclarecido, entendido e divulgado com transparência. Parabéns por essa atuação eficiente. Destaco a arrecadação recorde no pagamento antecipado do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo nesse início de ano, uma força-tarefa que veio a contribuir para o equilíbrio das contas do Município.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h16min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h17min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica Leal, nossa Presidente, quero cumprimentá-la, desejar, neste primeiro dia de volta do Parlamento, sucesso na presidência desta Casa. Quero cumprimentar todos os nossos auditores fiscais, agentes, que estão aqui hoje, e a Aiamu, especialmente, por esse belo trabalho que vai nos ajudar enormemente a discutir as finanças da Prefeitura de Porto Alegre. Por exemplo, com os dados que nós temos, com os números da arrecadação, e se nós temos dificuldade em pagar salários aos servidores, eu pergunto: por que o prefeito quer gastar sete vezes mais em publicidade que os outros prefeitos gastaram ao longo dos anos? O prefeito não pode cometer essa irresponsabilidade de gastar mais de R\$ 30 milhões em publicidade. Quando não se tem dinheiro, Ver. Robaina, a gente precisa poupar e poupar muito, ser parcimonioso nos gastos. Eu fiz duras críticas sobre a má utilização de próprios municipais e de locais locados. Eu tive a satisfação de ouvir do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, que resolveu tirar todas as áreas da administração da sua secretaria e colocar todos no mesmo lugar, inclusive entregando algumas áreas locadas. Muito bem! Eu espero que façam a mesma coisa. Agora eu pergunto: por que a Prefeitura não responde o que fará com aquele o prédio fechado que era o CMET Paulo Freire? Na Rua Jerônimo Coelho, Centro de Porto Alegre, área nobre, ter um local da Prefeitura fechado – ou me digam que não é da Prefeitura e eu mudarei de opinião. Por que um prédio fechado? Por que o antigo prédio da SMIC, que, quando fui secretário, ele estava em perfeitas condições – é claro que o tempo passa, isso faz tempo – foi completamente vandalizado? A Prefeitura deixou ao deus-dará o prédio. Nós precisamos discutir essas questões, nós temos que cobrar da administração pública municipal esses elementos visíveis, palpáveis.

Vejo aqui diretores do Simpa que nos acompanham nesta tarde. Quero cumprimentá-los, Alberto, para que continuem sendo os fiscais das coisas que interessam ao serviço público de excelência e aos servidores de um modo especial. Não deixaremos que ataquem o serviço público, como queremos saber dos projetos sociais. Vejo aqui no plenário também pessoas que têm excelentes projetos sociais, mas que a Prefeitura não sabe onde se encontram, não os visita, não colabora. É isso o que nós queremos cobrar. Nós queremos retorno, porque os números da Aiamu estão aqui, estão claros, evidentes, porque uma arrecadação de R\$ 1 bilhão em ISSQN significa que, na Cidade, tem serviços, tem empresas trabalhando e contribuindo. Liberamos o empréstimo da Caixa Econômica Federal para que o DMAE pudesse se reestruturar e esperávamos que houvesse um planejamento. Aí, oficialmente, o DMAE manda uma comunicação. Nós nos preocupamos com a saúde pública, com a água; água é vida, água é saúde. Se alguém me perguntar entre o minério, entre o petróleo, entre o ferro e a água, eu fico com a água, porque a água significa vida. Vida! E o que faz o nosso DMAE? Falta água na Lomba do Pinheiro, e o aviso oficial é que a estação de tratamento de águas da Ponta do Arado ficará pronta em três anos.

Senhoras e senhores, isso não está certo, isso é um desdenho com a população, Ver. Airto Ferronato, que, logo a seguir, falará no seu tempo em Grande Expediente. Diretor, diligente do DEP, eu não tenho, por princípio, nada contra a fusão do DMAE com o DEP: um departamento de águas pluviais, água para beber e o esgoto. Acho que é melhor gerenciar em conjunto, não é uma questão de princípio, agora, o que fez o governo para retomar os recursos que foram surrupitados do DEP? Nada, absolutamente nada. O que nós estamos enxergando na Cidade é a falta de água na Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus e vários outros bairros. E quando nós mostramos um vídeo com água tratada, em pela Praça da Matriz, jorrando, a Prefeitura demora, não nos responde, nada faz, e a água continua jorrando, limpa, cristalina, no Centro da cidade de Porto Alegre e falta em toda Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus e, muitas vezes, na Vila Jardim, afora outros locais. Qualquer chuvinha que dá em Porto Alegre, Ver. Aldacir Oliboni, é alagamento.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR ADELI SELL (PT): Concedo um aparte a V. Exa. com muito gosto.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre colega, Ver. Adeli Sell, da nossa bancada, que faz neste momento o seu pronunciamento em Grande Expediente. Estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento quando faz uma crítica muito pontual sobre a falta de gestão na nossa Cidade. Nós recebemos hoje o prefeito aqui, e é óbvio que, no início deste ano legislativo, ele vem mostrar a boa vontade de poder ter uma relação profícua com a Câmara, mas nós temos uma crítica muito pontual com relação ao abandono na Cidade, são muitas obras que, na verdade, não se efetivaram, não tiveram continuidade. E lá atrás, na campanha, havia uma crítica de por que parou a obra na entrada da Cidade e em tantos outros locais. A gente não viu nada de novo. Esse discurso vazio nos deixa muito preocupados! Por isso, quando V. Exa. diz que a comunidade da Lomba do Pinheiro, do Morro da Cruz continuam sem água, em pleno século XXI, meu Deus, estamos perdidos! É preciso que a gestão Marchezan diga a que veio para mostrar de fato que a Cidade está interligada e que quer discutir com o povo uma nova alternativa de poder ter humanização, solidariedade e um serviço público à disposição do cidadão. Parabéns, Ver. Adeli.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pois, é, Ver. Oliboni, eu enxergo aqui no plenário meu vizinho Rafael, este jovem que não completou ainda 15 anos, sempre atento, acompanhando aqui. No futuro, Rafael, eu espero que venhas um dia a frequentar esta Câmara como vereador pela sua inteligência, pelo seu discernimento, porque aqui estamos discutindo o futuro da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre não pode mais ter falta de água como está tendo hoje na Lomba do Pinheiro, e as gerações futuras, Ferronato, que possam ter outra vida. Eu me lembro da Porto Alegre dos anos 1970, havia dificuldade, lembro que se fazia “pé de galinha” em tudo que era vila,

juntavam-se os canos, Hamilton, para as pessoas poderem ter água. Depois, fizemos um processo de avanço porque o saneamento básico foi colocado como prioridade na pauta da administração municipal. Nós fizemos memoráveis atividades no sentido de garantir água e esgoto em Porto Alegre, mas ainda temos inundações, enchentes, coisas acontecendo a partir de qualquer chuva – isso não pode continuar. E tem mais: hoje se anuncia que pessoas estão há 12,15, 18 horas deitadas na entrada do posto de saúde do bairro Passo das Pedras, povo pobre da Zona Norte, que, por sinal, é talvez uma das regiões mais abandonadas por essa administração. Nós queremos dizer que conseguimos, com um deputado, verbas para fazer a ampliação do posto da vila Timbaúva. Eu vou teimar com a Prefeitura para que isso seja utilizado. Esta verba está disponível! Que não faltem mais médicos nos postos de saúde! Eu já garanti que, quando formos chamados para discutir a telemedicina, vou estar lá! Medidas importantes foram feitas aqui pelo Erno Harzheim e pelo atual secretário Pablo. Agora, não adianta ter telemedicina, se não tem ninguém atendendo no posto do Passo das Pedras, Ver. Alvoni, que é onde há um povo pobre, idosos, pessoas com deficiências, descapacitados, e também no Timbaúva. Mas tem gente da nossa Prefeitura que fica o dia inteiro no Facebook e não sabe onde fica o Recanto do Sabiá! Devem achar que é aquele lugar bucólico que existe ali em direção à Ipanema. Não, o Recanto do Sabiá fica lá na Zona Norte, na divisa com Alvorada, que está esquecido, abandonado, no Timbaúva. Queremos solução para os postos de saúde.

E mais: nós estamos aqui para debater algumas outras questões. O problema dos ônibus: um calor senegalês e os ônibus não têm ar-condicionado. A Carris tem 70% dos seus ônibus com ar-condicionado, e por que os outros não têm? O contrato é o mesmo, era para ter ar-condicionado, piso rebaixado, ônibus novos. E o que a gente vê? Descaso! Nós temos o sistema de transporte coletivo de passageiros falido! Por isso que aqui evoluiu o tema dos aplicativos, quem quiser, quem pode contrata, mas nós temos que ter preocupação com as pessoas cuja única condição de sair de um canto da Cidade é com ônibus. A Prefeitura tem que se abrir. Apresentaram-me um estudo, não vi os números, não quero os números dizendo que não tem viabilidade um ônibus sair do Cantagalo, entrar na Restinga, passar em frente da UPA, do Instituto Federal de Educação e do Hospital da Restinga, subir a Pitinga e descer a Lomba do Pinheiro. Eu digo mais: errada essa visão! Se um ônibus sair do Cantagalo, do Extremo-Sul, passando pela ponta do Lami, passando pelo Lajeado, vindo por dentro da Restinga, subindo a Pitinga, descendo a Lomba do Pinheiro, vindo ao Centro, será uma linha rentável, porque será um sobe e desce intermitente – é assim que nós precisamos de transporte coletivo. Nós temos, infelizmente, linhas de ônibus acavaladas, linhas de ônibus que têm que ser realinhadas, rediscutidas, feitas novas e terminado com algumas que não tem sentido. Por que a gente não discute o lotação transversal para passar por entre bairros onde não passa um ônibus grande, cumprido? Poderia ter um lotação. Seria um outro sobe e desce produtivo para as pessoas, produtivo para essa linha de ônibus, mas os nossos empresários também são conservadores, os nossos empresários só pensam em aumentar a alíquota, não pensam em mudar o sistema que está falido. Se

quiserem falar com esse sistema, problema dos senhores e das senhoras, eu não vou acompanhar.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli, só para contribuir com o debate. V. Exa. falou que a Prefeitura havia gasto R\$ 30 milhões...

VEREADOR ADELI SELL (PT): Quer gastar.

Vereador Ricardo Gomes (PP): Quer gastar. Quero só esclarecer que, a respeito dos gastos, eu solicitei à Prefeitura dados para informar, até porque a população está assistindo. E os gastos com publicidade no ano de 2017 e 2018 foram os menores nos últimos 15 anos em Porto Alegre, não atingiram nem 0,1% do orçamento, ao passo que, nos últimos 15 anos, a média foi de 0,33%, o total até hoje gasto em dois anos não chega a R\$ 9 milhões, e o que está orçado certamente não será, como não foi nos anos anteriores, executado na sua plenitude. E eu digo isso apenas para manter a informação aos cidadãos de que esta gestão, que se comprometeu de cortar os gastos de publicidade, fez o menor gasto de publicidade dos últimos 15 anos em Porto Alegre. Só para contribuir.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Só que a Prefeitura lançou um edital para gastar R\$ 34 milhões, e nós questionamos, está no Tribunal de Contas do Estado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero trazer aqui um abraço aos vereadores e vereadoras, desejar a todos êxito nesta jornada que começa na tarde de hoje. Trago um abraço todo especial aos vereadores que estão chegando à Casa agora, uns já assumiram por diversas oportunidades, Cláudio Conceição, Lourdes Sprenger, Hamilton, Karen, Rafão, e deixei por último o Nelcir Tessaro, para desejar sucesso a todos. O Ver. Nelcir Tessaro, eu e o Cecchim estudamos juntos na mesma sala, na mesma faculdade, somos contemporâneos e estamos de volta mais uma vez. Quero dizer ao Ver. Adeli Sell que, com relação ao DEP/DMAE, pretendo conversar numa próxima oportunidade. Hoje, como nós temos a presença de muitos auditores fiscais da cidade de Porto Alegre, eu quero aproveitar a oportunidade para fazer uma exposição, e vamos falar do desastre criminoso da cidade de Brumadinho. No dia 25 de janeiro, ocorreu esse desastre e, até agora, temos apenas cinco presos, o elo mais fraco, cinco engenheiros. Não estamos discutindo a razão, se tem ali fraude de documentação, precisam ser presos sim. São

134 mortes confirmadas, 120 corpos identificados e 199 desaparecidos. Das 24 mil barragens brasileiras, nós temos mais de 10 mil aqui no Estado, e duas constam como de grande risco. Agora o Ministério Público Estadual alerta para a estrutura de uma barragem em Viamão, pois estudos feitos dizem que ela oferece perigo. Falei sobre os fiscais, porque aconteceu a tragédia de Mariana, e, naquela euforia, tudo seria encaminhado, mas me parece que, até hoje, nada se encaminhou definitivamente. A Vale, uma das sócias daquele empreendimento, a associada também pouco fez, e agora se repete a tragédia. Vamos fazer uma pequena ligação com a boate Kiss: em praticamente todos os acidentes que ocorrem neste País, a primeira coisa que se faz, ou que se tenta fazer e que se diz é sobre a fiscalização. Sobre a fiscalização que nós temos no País, conforme se noticiou, temos pouco mais de 150 fiscais para fiscalizar e acompanhar 24 mil barragens. Só falando disso, é humanamente impossível.

E vem se ouvindo há décadas, defensores, de um lado, do estado mínimo, que dizem que o estado não precisa se meter, mas, toda vez que acontece qualquer problema, o estado é o primeiro a ser chamado; e também temos defensores do estado máximo. Eu tenho me colocado sempre no sentido de que o estado tem que ser do tamanho das necessidades e dos clamores do cidadão, minha cara Presidente, homem ou mulher. Estado mínimo, num momento em que se busca toda e qualquer ação, a ação do estado é impossível. Portanto nós acreditamos que essa discussão de tamanho é desnecessária. É preciso avaliar as condições do tamanho das demandas e, a partir delas, definir o tamanho do estado.

Por outro lado, toda vez que ocorre uma tragédia, repito, nós precisamos compreender a responsabilidade dos empresários, ou do poder público, enfim, do responsável por aquela obra. Na verdade, na medida em que se clama, cada vez mais, pela necessidade de mais fiscais, é porque se põe uma dúvida muito grande em cima do empresariado. O meu sonho é que a responsabilidade seja cobrada e as leis sejam atendidas pelo cidadão, e que cada vez menos haja a necessidade de aumento no número de fiscais, porque as coisas devem andar com a responsabilidade que cada ente requer em cada acontecimento que venha a ocorrer.

Lamentando o trágico acontecimento de Brumadinho, que se repete, nós queremos trazer as nossas condolências a todos de lá. Estamos atentos e precisamos olhar para as barragens no País inteiro, no Rio Grande do Sul e, em especial, na nossa cidade de Porto Alegre e na nossa vizinhança.

Mudando um pouco de assunto, gostaria de registrar o seguinte: quando fui diretor-geral do DEP, levei a Brasília um pacote com mais de 20 projetos básicos. Dentre tantos projetos, levei para o Ministério das Cidades um projeto que tratava da reforma e ampliação de todas as casas de bombas da Cidade. Lamentavelmente, esses recursos foram, me parece, definitivamente perdidos, e eram recursos a fundo perdido. A cidade de Porto Alegre – vou repetir o que eu tenho dito –, ela tem um sistema de drenagem que, por um lado, protege contra alagamentos, com diques e com o Muro da Mauá; por outro lado, para tirar as águas de alagamentos, ela depende essencialmente do bom funcionamento, do tamanho adequado das casas de bombas. Nós perdermos

esses recursos foi muito ruim para a nossa Cidade, mas essencialmente foi muito ruim para o cidadão de Porto Alegre. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa tarde a todos e todas; quero, inicialmente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver.^a Sofia, que nos deixa no sentido ilustrativo, porque estará sempre em Porto Alegre, é uma deputada do Rio Grande do Sul, e um deputado de Porto Alegre tem uma forte atuação, portanto a veremos seguidamente no plenário da nossa Câmara; Ver. Comassetto, que chega; Ver. Oliboni e Ver. Adeli –, saudar os companheiros do PSOL, juntos formamos a bancada de oposição, com a liderança do Ver. Roberto Robaina este ano. Tivemos a apresentação da Aiamu, e fica esta colocação: nós estamos tendo, graças à eficiência dos auditores fiscais e de toda a máquina administrativa, um aumento de receitas próprias; uma diminuição das transferências federais e de outras transferências e o aumento da receita própria. Está aqui o Terres, do Simpa. Isso, de uma certa forma, Terres, coloca em cheque a fala do prefeito, que só sabe dizer que não temos recursos. Temos aqui, graças à eficiência da administração, um aumento de recursos sem mudanças legislativas. O prefeito esteve aqui no começo da tarde e fez uma saudação e logo saiu. A gente saúda, é bom que o chefe do Executivo venha, mas claro que lamenta o fato de ele não poder ficar na Câmara. Ficar algum tempo aqui, ouvir algumas opiniões, as lideranças, porque o ano está começando do ponto de vista da legislatura, mas já não terminou bem. Nem vou fazer uma retrospectiva dos dois primeiros anos da sua gestão, mas o ano começou mal, com o Executivo violando a própria legislação municipal. Estou me referindo à festa de final de ano em que o prefeito concordou... Vejam, aqui abro um parêntese: não há problema nenhum em chamar a iniciativa privada para contribuir com a Cidade, isso é desejável, mas foi usada a chaminé da torre do Gasômetro para colocar a propaganda de uma loja, sendo que, na legislação, está bem claro que os patrimônios tombados como patrimônio histórico do Município ou do Estado não podem ter propaganda. Essa empresa patrocinou a festa, isso nós saudamos. A propaganda poderia estar nos lados, nas laterais, poderia explorar o visual, mas não

precisava colocar uma faixa daquele tamanho num dos maiores símbolos da cidade de Porto Alegre.

Depois, os problemas se repetiram. Até agora, nós não escutamos, Ver. Bosco, a explicação do prefeito sobre aquela violência cometida contra aquela senhora vendedora de picolés. Todos devem ter visto as imagens, ela no chão, com a Guarda Municipal a segurando com as mãos para trás, ela gritando. Claro, o prefeito não estava ali, senão ele poderia ter intervindo, mas ele deveria ter feito uma manifestação dando sua opinião sobre essa situação escandalosa da Guarda Municipal, que está vinculada, logicamente, à gestão municipal. Espero que todos tenham visto aquela cena, é uma cena que escandaliza Porto Alegre pela forma de atuação da Guarda Municipal. Queremos saber de onde veio essa ordem e, se não veio do prefeito, o que ele tem a dizer sobre isso.

Nós estamos aqui, como partido de oposição – o Ver. Robaina assume a liderança, eu fiz a saudação antes –, para contribuir com a Cidade. Mas terminamos mal o ano, com a violação do prefeito ao patrimônio histórico do Município, violando, literalmente, a legislação, acredito que muitos viram. No dia seguinte, dia 1º, estava aquela sujeira toda, e não adianta vir aqui dizer que o povo é mal-educado. Eu estive ali no dia seguinte: faltaram lixeiras, e as poucas lixeiras que existem estavam todas lotadas. Então, também houve a falta da gestão em programar a quantidade de pessoas que circulariam por ali. Muitas tentaram botar o seu resíduo no lixo, mas as lixeiras não estavam ali.

Fica aqui um ano de muito alerta, de muita contribuição para o Município, e espero que, da próxima vez, o prefeito venha, Presidenta Mônica, e nós possamos conversar publicamente. Não estou dizendo que não podemos fazer uma reunião com líderes, mas é interessante que o prefeito, nas próximas saudações de início de ano que venha a fazer, fique um pouco aqui para escutar as nossas falas públicas. Nós podemos nos encontrar, nos encontramos na entrada, na garagem, trocamos algumas conversas, mas somos figuras públicas, somos agentes públicos e precisamos conversar publicamente. Era muito importante que o prefeito estivesse aqui uma parte da tarde, para ouvir algumas falas dos líderes das bancadas. É uma sugestão para o início do próximo ano, podendo fazer isso a qualquer momento, não precisando esperar um ano para ter essa outra oportunidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, principalmente os que estão assumindo, que estão participando da primeira sessão, boa sorte, sucesso para vocês! Uma saudação especial à minha colega Lourdes, que está aqui, e ao meu compadre, colega de faculdade Nelcir Tessaro, que já foi presidente desta Casa e agora retorna: um bom retorno, meu caro

Ver. Nelcir Tessaro! Eu estava escutando o Ver. Marcelo Sgarbossa, educado, como sempre, mas ele queria que o prefeito permanecesse aqui durante a tarde. O prefeito tem mais coisa para fazer, Ver. Marcelo Sgarbossa! Cada um no seu galho, ele está lá no Executivo, e nós estamos aqui para ouvir V. Exa., como eu ouvi, e o senhor vai me ouvir. Cada um trabalha no seu local de trabalho, e o local de trabalho do prefeito é lá. Ele teve a gentileza de vir aqui trazer a sua mensagem e pedir o apoio dos vereadores para ajudar a cidade a ultrapassar este momento grave pelo que está passando, assim como o Rio Grande do Sul e o País todo. Só para registrar isso: não precisa o prefeito ficar uma tarde aqui, basta que o secretário nos ouça e, certamente, ele nos ouve, eu ouvi atentamente também o Ver. Adeli aqui, é para isso que existe esta tribuna. Eu tenho certeza, Ver Adeli, que, depois de seu pronunciamento, vão ouvir o senhor também.

A Prefeitura não pode ser só dos aliados, nem ter medo da oposição, tem que fazer a sua parte! O Executivo tem que fazer a sua parte, e nós, vereadores, temos que fazer a nossa: reclamar do que está errado, sugerir, fazer reivindicações. Ao Executivo cabe nos ouvir, uma das obrigações do Executivo é ouvir a todos nós, os 36 vereadores que estão aqui. Por isso, neste primeiro dia desta temporada, me fugiu o nome... Legislatura não, não é. Primeiro dia do ano legislativo, primeira sessão. Quero desejar a todos os colegas um bom trabalho e que, mesmo com as diferenças, as nossas diferenças – todos nós temos pontos de vista diferentes –, tenhamos, com a benção de Deus, muito respeito um pelo outro, pois certamente teremos muitas diferenças de pensamento. Jamais devemos ter indiferença com o colega, pois a pior ofensa que se pode ter, eu acho que é a indiferença, e eu quero tratar todo mundo como colega, sendo de oposição ou de situação, tendo respeito como todos tiveram comigo sempre. Eu posso dizer que eu não tenho problema, nunca tive problema com nenhum colega, independente a qual partido pertença.

Aos que estão hoje no primeiro dia do ano legislativo, que estão chegando, que serão parceiros fortes, uma boa-vinda; um bom retorno ao nosso ex-presidente Tessaro; no nome dele, a todos os que estão reassumindo hoje, para que tenhamos um ano legislativo muito proveitoso, para que a cidade de Porto Alegre ganhe com a nossa contribuição legislativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, Vice-Presidente Pujol, vereadores, vereadoras, público que assiste pela TVCâmara, pessoas que estão acompanhando esta sessão; nós estamos começando mais uma sessão legislativa, e cabe a nós – neste caso específico, eu falo na condição de líder da oposição, portanto, de liderança do PSOL e do PT – saudar a todos, às novas e aos novos vereadores que entram: Ver.^a Lourdes, do MDB; Ver. Rafão; Ver. Comassetto,

do PT e a vereadora, minha amiga e camarada, Karen, do PSOL, que substitui a Fernanda Melchionna, que está assumindo hoje como deputada federal em Brasília; Sofia Cavedon, que também assume como deputada estadual do PT. São as duas mudanças que nós temos no que configuramos a oposição na Câmara de Vereadores.

Nós estamos preocupados. Eu queria fazer uma nota específica, pessoal, conceitual, porque creio que, para quem quer transformar a realidade, o ano de 2019 abre um desafio estratégico, que é um desafio de recomposição, de reorganização da capacidade da população de atuar diretamente na política. Nós temos uma crise no regime político, que é o que se estabeleceu no País a partir da queda da ditadura militar, há uma crise de representação. Houve um certo colapso do sistema político-partidário que gerenciou o estado brasileiro nos últimos 30 anos. Esse colapso partidário está combinado, infelizmente, nesse caso, com o colapso da capacidade do estado de prestar um serviço público decente para a população. Esse é um tema que deve ser debatido, é um tema que atinge as esferas federal, estadual e municipal. Os dois temas, no meu ponto de vista, são temas essenciais: a necessidade de uma recomposição, de uma reconfiguração das organizações capaz de permitir uma participação maior da população na vida política, e uma defesa dos serviços públicos, para que os serviços públicos, de fato, possam servir a população. Quem mais necessita do serviço público são as pessoas mais pobres. No caso específico dos vereadores e das vereadoras, nós temos a obrigação local de ajudar na discussão em defesa do serviço público.

Este ano, embora estejamos começando a sessão legislativa hoje, dia 4 de fevereiro, nós já trabalhamos em janeiro, nós, da oposição. Eu estive junto com a Ver.^a Karen, com o Ver. Marcelo, nós estivemos reunidos, o conjunto da oposição, o Oliboni, o Adeli, eu, o Prof. Alex, porque nós vemos com preocupação, Mauro Pinheiro... Nós temos um debate sobre as receitas e as despesas, e temos um debate que, para nós, é muito caro: nós estamos vendo, em plenos meses de janeiro e fevereiro, em Porto Alegre, bairros que não têm água. Isso atingiu a Lomba do Pinheiro, atingiu a Restinga, atingiu a Pintinga, e, no nosso ponto de vista, isso se deve ao desmonte do DMAE. Depois teve a aprovação da fusão do DEP com o DMAE, o que vai significar impacto financeiro também sobre o DMAE. Nós achamos que é necessário haver uma recomposição dos quadros do DMAE, para que haja um serviço público de qualidade e para que esse serviço básico não fique desassistido. Então, há uma discussão sobre o gerenciamento da cidade de Porto Alegre.

Nós sabemos que houve uma recomposição também na Câmara. O MDB, no plano estadual, se aliou de novo com o PSDB, tanto no governo Leite quanto no governo municipal, são as movimentações políticas. Nós não concordamos muito, mas são parte da vida...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...Mas o que nos preocupa, e este foi o objeto da nossa ação em janeiro, é que, na discussão de receita e despesa, o Ver. Adeli apontou um problema, e foi o que nós levamos ao Ministério Público de Contas. O governo aumentou a verba de publicidade de R\$ 6 milhões, ou R\$ 7 milhões, para R\$ 35 milhões. Trinta e cinco, multiplicou por sete a verba de publicidade! Diz que não tem recursos, mas multiplicou por sete a verba de publicidade, e está encaminhando uma licitação, cujos participantes do julgamento dessa licitação são todos, quase sem exceção, ligados ao PSDB, ou ao partido do prefeito, ou ligados ao prefeito, ou ligados ao governador. Isso fez com que fôssemos ao Ministério Público de Contas saber se há legalidade dessa licitação, o dinheiro público precisa ser bem protegido. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores; quem tem o nome com a letra A sempre, nestes inícios de ano, tem o privilégio de iniciar o Grande Expediente e o período de Comunicações. Vou fazê-lo. Como muitas vezes o governo tirou o quórum, não deixou a gente falar, este ano vou abusar, em alguns momentos, das falas, porque o povo tem que saber o que se passa.

Eu sou obrigado, Ver. Robaina, a voltar ao tema da publicidade. Eu acompanho os gastos da Prefeitura, eu sei que a Prefeitura gastou um pouquinho abaixo da média do que os outros gastavam, o que significa que os outros gastavam demais. Agora, ninguém venha me dizer que não saiu a proposição de licitação de mais de R\$ 30 milhões, está na imprensa, não é *fake news*. O governo quer gastar mais de R\$ 30 milhões em publicidade, mas, se depender de nós, não gastará. Falta água e dinheiro para água; faltam escolas, salas de aula e creches; no posto do Passo das Pedras, as pessoas estão dormindo na laje, na fila, sem atendimento de saúde, portanto, não tem dinheiro para publicidade, contrata médico! Contrata médico! E tem mais: nós temos que discutir, nos próximos dias, a situação do SAMU de Porto Alegre, porque agora terceirizaram, no desespero, porque não davam conta, porque não contrataram pessoas, não contrataram condutores de ambulância, não querem pagar hora extra para os condutores de ambulância, e as ambulâncias andam mal em Porto Alegre, com todo o esforço feito pelos atuais condutores. Portanto, não tem dinheiro para publicidade, quando a Cidade está um caos! E os buracos? “Ah, temos problemas, falta gente, dinheiro para comprar asfalto, não sei o quê”. Não gasta dinheiro em publicidade: tapa os buracos. Tapa os buracos! É simples assim! Eu não quero estar aqui para discutir esse papo metido a liberal, com todo respeito aos meus colegas liberais. Esse negócio de dizer que está demonstrado que tem arrecadação, portanto tem que cortar os gastos, eu digo que depende dos gastos. Eu já citei aqui e vou bater nessa questão. Eu quero saber da Prefeitura, da liderança do governo: o prédio da antiga SMIC, como é que vai ficar?

O prédio da Jerônimo Coelho, como é que vai ficar? Esse é o debate, Ver. Freitas. O que fazer com as coisas que são da Prefeitura, que estão se deteriorando? Isso é dinheiro público jogado fora! E tem mais: e os CCs? O governo não vinha para cortar CCs, não ia cortar carro locado, não ia cortar telefone celular? Onde estão os dados? Façam como fizeram os fiscais de tributos da Prefeitura, a Aiamu, que veio aqui com dados, com informações, com números. Eu quero números. Por isso é importante saber do governo se o prefeito vai sancionar a lei anticorrupção, minha proposição aprovada por esta Casa em dezembro. Esse é o debate!

Neste ano haverá debates, porque nós vamos voltar também ao debate, Ver.^a Mônica, do Plano Diretor, e a senhora sabe que a senhora tem uma tarefa importantíssima: montar a comissão especial do Plano Diretor, dar condições a esta Casa – eu sei que a senhora dará – para fazer um grande debate sobre a questão urbanística de Porto Alegre, nosso futuro Plano Diretor, porque nós temos pessoas altamente capazes que poderão nos ajudar. Muito obrigado, Presidente Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, quero saudá-la pelo primeiro dia que a senhora dirige, de fato, os nossos trabalhos, desejo que tenha uma boa gestão juntamente com a Mesa Diretora neste mandato, que seja uma Mesa democrática e plural, como tem que ser esta Casa, ouvindo sempre o colégio de líderes e o corpo de todos os membros desta Casa. Parabéns pela sua eleição e a todos que compõem a Mesa. Queria também saudar os vereadores que assumem para os dois últimos anos desta legislatura. Sejam todos bem-vindos neste espaço democrático, onde vamos discutir os temas da nossa Cidade, mas não podemos, também, nos furtar de discutir temas importantes.

Eu quero usar o tempo de liderança do meu partido para discutir o meu partido. Por um tempo, nós ficamos afirmando e reafirmamos aqui que nós não temos bandido de estimação. Não temos por que defender A, B ou C. Agora nos surpreendeu muito a atitude do nosso partido, na sexta-feira, ao entrar na justiça para garantir o voto secreto no Senado. Não nos surpreendeu, nos envergonhou a atitude do nosso partido no Senado. Na primeira vez que chegamos ao Senado com um senador eleito pelo nosso partido, a direção do nosso partido toma uma atitude dessas de entrar na justiça para que o voto fosse secreto. E obtive uma liminar junto com mais um ou dois partidos, o que envergonha a democracia. Nós, nesta Casa, chegamos – não somente aqui, mas em todas as casas legislativas – em nome do povo e com um compromisso com o povo. Não tem por que nos escondermos atrás do voto secreto. As Casas investem em painéis, o povo investe para nós estarmos aqui, nós investimos para chegar aqui numa representação e não é para nos escondermos atrás do voto secreto. Isso nos deixou muito envergonhados e entristecidos por não ter sequer tido uma discussão dentro do

partido. Eu, que faço parte da executiva nacional do partido, da direção nacional partido, assim como outros membros, não fomos consultados, sequer uma ligação nos fizeram. Assim como outra decisão do partido, que nós estamos pedindo para ser revogada, de fazer um bloco de oposição, junto com o Partido dos Trabalhadores, Ver. Oliboni. Nada contra o Partido dos Trabalhadores, mas nós fomos os protagonistas do pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Nós não podemos, acabado agora esse processo eleitoral, estar junto, achando que tem uma solução para o Brasil junto com o Partido dos Trabalhadores. Não temos, temos que nos agrupar em outros grupos, nós temos que nos agrupar em outras esferas. Nós, que formos os precursores do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, que usamos todas as tribunas dos parlamentos onde nosso partido está presente para criticar a política feita pelo Partido dos Trabalhadores quando estava no governo federal, nós não podemos, agora, simplesmente andarmos aliados com o Partido dos Trabalhadores. Nós podemos e devemos criar um bloco de pessoas que querem apoiar o que está sendo bom para o Brasil, e manter a crítica construtiva, para que o Brasil possa gerar milhares e milhares de empregos, já que tem um déficit, são mais de 23 milhões de pessoas desempregadas; que possa reaquecer e investir na indústria nacional, que possa diminuir essa alta carga tributária. No final do ano passado, demonstrei aqui quanto custa o tempo dum vereador quando ele usa esta tribuna: cinco minutos em impostos neste Brasil custam mais de R\$ 17 milhões. Cinco minutos, isso é uma vergonha! Essas coisas nós temos que cobrar e exigir dos governos federal, estadual, municipal, é a questão da luta contra os impostos, a coerência na política. Agora, faltou e está faltando coerência ao meu partido neste momento, quando propões alianças que não condizem com o voto que nós fomos buscar na urna. Muito obrigado, Sra. Presidente!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadores; boa tarde, pessoal que está no plenário; hoje a gente está assumindo a cadeira, efetivamente, na vaga da deputada federal eleita Fernanda Melchionna certos de que as situações política, econômica e social do nosso País não estão melhorando. Pelo contrário, a esperança de mudança que as pessoas depositaram na eleição do governo Bolsonaro de combate à corrupção e ter políticas para insegurança, antes mesmo de ele assumir o mandato, já começaram a ser questionadas pela própria realidade dos fatos em relação às suspeitas de corrupção, inclusive, com o envolvimento de seus familiares e de ministros indicados. As negociatas dentro da Câmara dos Deputados e do Senado para compor importantes cargos dentro dos ministérios reafirmam a velha política do caixa dois e reafirmam a velha política de contratação de “laranja”. Inclusive reivindicam foro privilegiado para não terem que prestar contas frente à justiça, são todos métodos já conhecidos da tradicional política de governos anteriores a este. O discurso da crise

segue impondo cortes no orçamento, parcelamento dos salários dos servidores e deixando ainda mais vulneráveis aqueles trabalhadores de instituições importantes, como da saúde, da segurança e da educação, que seguem sendo endividados, seguem cansados, seguem precarizados. Esses mesmos governos que são coniventes com esse caos social deixam de taxar bancos, garantem isenções de impostos para o agronegócio e para grandes empresas internacionais, como é o caso da GM em Gravataí, inclusive abrindo mão da nossa soberania nacional, privatizando empresas públicas. A tragédia anunciada em Mariana e, mais recentemente, em Brumadinho, é uma demonstração de que a lógica do lucro, da competitividade interfere diretamente na garantia do direito à vida e da preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a gente não pode permitir que os estouros de barragens, que a devastação e o desmatamento sigam impunes, reincidentes e vão se tornando, cada vez mais, um fato comum no cotidiano dos trabalhadores.

Em Porto Alegre, as coisas também vão mal: a falta d'água, a falta de luz, a falta dos direitos mais básicos dentro das comunidades castiga as periferias. Comunidades, como a Zona Leste e a Zona Sul, seguem, desde o dia 1º de janeiro, sem água. E a falta de responsabilidade, de respostas das instituições públicas e do governo seguem desmoralizando ainda mais a política dos engravatados.

É uma violência contra o trabalhador, que novamente é assaltado, com mais uma tentativa de aumento das passagens de ônibus sem nenhuma contrapartida. O aumento da idade para isenção dos idosos para 65 anos, a perda do passe para os professores, a relativização de vincular a renda do estudante para ele ter acesso ao meio passe estudantil, tudo isso é uma demonstração nítida de que o governo Marchezan governa mais para os empresários da Cidade do que para os usuários do transporte público. Isso representa uma cidade segregada, Porto Alegre é uma das cidades mais segregadas do Brasil, e estas políticas caminham a passos largos nesse sentido: segregação no acesso ao trabalho, segregação no direito à cultura, segregação na educação.

Reafirmamos o nosso compromisso de estar denunciando o sufoco cotidiano do povo trabalhador e nos colocamos à disposição para estar indo às comunidades ouvir o que as pessoas têm a dizer em relação a isso, e as pessoas têm muita coisa em relação a isso. Enquanto mulher, negra, jovem, uma das únicas dentro deste Parlamento, que, nem de longe, reflete as demandas e reflete a representatividade das lutas desses setores, a gente vem reafirmar o nosso compromisso coletivo de combater as negociatas dos direitos e estar resistindo, estar resistindo aqui, estar resistindo, principalmente, nas ruas, como o exemplo do legado da Marielle Franco, nossa companheira brutalmente assassinada. Este ano, completa um ano, e a gente ainda não conseguiu descobrir quem matou e quem mandou matar. Também reafirmamos o nosso compromisso de estar fazendo uma oposição ferrenha a esses governos e aos amigos empresários deles. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, nossa Presidente, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara; nem poderia ser diferente, hoje vários vereadores, principalmente vereadores de oposição, cobram a falta de água no Município de Porto Alegre, na Zona Leste, no Extremo-Sul e na Zona Sul. Eu vou aproveitar este tempo para procurar explicar um pouco, Ver. Cecchim, a questão do DMAE em Porto Alegre.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Este é o histórico recente das finanças do DMAE. Em 2009, os investimentos em água foram de R\$ 16,82 milhões; em 2010, R\$ 16 milhões; em 2011, R\$ 16 milhões; em 2012, R\$ 28 milhões; em 2013, R\$ 16 milhões; em 2014, R\$ 12 milhões; em 2015, R\$ 19 milhões e, em 2016, R\$ 34 milhões. O governo que não investe em água, o governo Marchezan, segundo a oposição, investiu, em 2017, R\$ 39 milhões e, em 2018, R\$ 30 milhões. Foi um dos governos que mais investiu em água, no DMAE, nos últimos anos. Os investimentos no Extremo-Sul, onde hoje temos problemas: em 2014, nós tivemos um investimento de R\$ 3 milhões; em 2015, R\$ 2 milhões; em 2016, R\$ 22 milhões; em 2017, o governo Marchezan investiu, no Extremo-Sul e na Lomba do Pinheiro, R\$ 29 milhões, Ver. Oliboni, e, em 2018, R\$ 19,935 milhões. No ano de 2019, já está investindo R\$ 40 milhões e, no Extremo-Sul, já investiu R\$ 10,80 milhões. Ações com conclusão: primeiro semestre de 2019, o governo Marchezan já investiu R\$ 8,8 milhões, e ainda faltam, para a conclusão das obras, R\$ 8 milhões. Na adutora Belém Novo/Restinga, fase final de investimento, R\$ 43 milhões; nova adutora, Estrada Antônio Borges, obra em fase final, investimento de R\$ 4 milhões; novas canalizações de água no bairro Restinga, substituição de 72 quilômetros de canalização de água, investimento de R\$ 18 milhões; ampliação das casas de bombas, EBAT Cristiano Fischer/São Manoel, aumento da capacidade de bombeamento, investimento de R\$ 6 milhões. Ações previstas para o segundo semestre de 2019: recuperação de instalações, modernização e substituição de equipamentos em sete casas de bombas, investimento de R\$ 2 milhões.

Isso comprova que este governo que aqui está é o governo que mais está investindo em água no Município de Porto Alegre. Qual o problema? No ano de 2013 e no ano de 2016, o governo anterior ao governo Marchezan fez uma retirada de R\$ 122 milhões do DMAE, para colocar na Prefeitura de Porto Alegre, para pagar despesas do Município. No ano de 2016, tirou um investimento de R\$ 140 milhões do DMAE também para pagar despesas do Município, para dizer que o Município não estava no vermelho e que o Município tinha dinheiro em caixa. Não era verdade, o Município de Porto Alegre já enfrentava problemas de caixa para pagar, inclusive, a folha de pagamento, e foi retirado dinheiro do DMAE, que era o dinheiro que poderia ter sido usado em investimentos no DMAE, para pagar essas despesas. Isso soma R\$ 260

milhões que foram retirados do DMAE nos anos de 2013 e 2016. Esses investimentos estão fazendo falta no Município de Porto Alegre.

Quero dizer também ao Ver. Robaina que concordo quando ele diz que temos que fazer um debate sobre um DMAE público. Nós temos que ter água pública, não significa que tenhamos que ter tudo estatizado, Ver. Ricardo Gomes. Precisamos ter postos de saúde públicos, precisamos ter postos de saúde que atendam à população e não que fiquem atendendo apenas ao interesse de alguns. Precisamos de um Município mais atuante e que faça parcerias público-privadas, para que a gente possa resolver os problemas que o Município hoje não está conseguindo enfrentar com recursos próprios.

Ver.^a Mônica, posso falar também no tempo de liderança da REDE, para ter mais cinco minutos?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Esse é o debate que nós temos que fazer nesta Casa. Nós temos que diminuir as despesas do Município, nós temos projetos em que vamos rever as despesas do Município e, aí sim, vamos ter que votar e buscar diminuir essas despesas, para termos mais dinheiro para investimento no Município de Porto Alegre. Porto Alegre não tem feito investimentos. Os investimentos são muito escassos por falta de recursos públicos. Nós temos 1,5 milhão de população em Porto Alegre, e esse 1,5 milhão acaba pagando os seus impostos, que somem no governo por despesas que foram construídas ao longo dos anos. Por isso nós temos que enfrentar essas despesas, para que sobre dinheiro, Ver. Tessaro, para fazer o investimento público que as pessoas estão esperando. Nós não podemos ter falta de água na Lomba do Pinheiro, não podemos ter falta de água no Extremo-Sul, no Sul, mas, se não forem feitos os investimentos necessários, não só faltará água na Lomba do Pinheiro e no Extremo-Sul, como também faltará em outras regiões do Município de Porto Alegre. Por isso nós não podemos estar tirando dinheiro, recursos públicos para pagar despesas, como foi feito no passado, em vez de fazer os investimentos necessários. Nós aprovamos, no final do ano passado, um empréstimo de R\$ 270 milhões, para podermos fazer as obras do Arado. Essas obras vão resolver o problema da Zona Leste, Zona Sul e Extremo-Sul. Por que não foram feitas? Porque, em 2013 e 2016, exatamente a soma dos recursos que foram tirados do DMAE, R\$ 262 milhões, são os recursos que faltaram para fazer os investimentos lá na ponta, no Extremo-Sul de Porto Alegre, no Arado, onde teríamos hoje condições de ter água para essa população. Portanto, retirar os recursos que deveriam ser investidos para tapar o rombo da folha de pagamento, em 2013 e em 2016, e fazer o discurso de que o Município de Porto Alegre estava no azul, que tinha recursos e que não tinha problemas financeiros foi um dos problemas que gerou a falta de água na Lomba do Pinheiro e no Extremo-Sul. Infelizmente, hoje, nós precisamos fazer grandes obras, e grandes obras não se fazem de um dia para o outro. São obras que demoram três, três anos e meio, quatro anos para serem feitas. Mas, se, em 2013, em vez de tirar o dinheiro do DMAE, que era dinheiro

que poderia ter sido investido, tivéssemos iniciado as obras do Arado, com mais R\$ 140 milhões de 2016, hoje não estaria faltando água na Lomba do Pinheiro e no Extremo-Sul. Foi uma questão, uma decisão política do governo, que preferiu tirar o dinheiro de investimento em obras públicas necessárias para um 1,5 milhão de habitantes para tapar lombos do Município, e hoje estão fazendo falta. É muito fácil acusar o governo Marchezan por não fazer as obras. O governo Marchezan é o governo que mais investiu em água no Município de Porto Alegre. Vai continuar investindo, e nós precisamos definir a política que nós queremos, a política de investimento e onde queremos investir o dinheiro. Sabemos que o cobertor é curto, e, muitas vezes, teremos de tomar decisões. As decisões que foram tomadas em 2013 e em 2016 foram de retirar dinheiro de investimentos para pagar outras despesas. Hoje está fazendo falta e reflete na falta de água na torneira da população que não tem culpa das decisões políticas tomadas em 2013 e em 2016. Mas este Governo tem a decisão de botar água na torneira, e está tomando a decisão acertada. Vai fazer sim, só que, infelizmente, nós não estamos num filme em que, com uma varinha de condão, se coloca água nas torneiras. Precisamos de obras, e obras que demandam tempo e recursos. O governo está buscando empréstimos, para que a gente possa financiar essas obras, tendo em vista que o Município, sabemos, tem recursos escassos para investimentos. Um erro foi cometido em 2013 e em 2016 por uma decisão política, que deve ser julgada agora se foi acertada ou não. Na minha opinião, foi uma decisão errada.

Quanto a essas questões, nós vamos fazer o debate. Temos que fazer o debate, porque Porto Alegre é uma cidade que depende do rio Guaíba para o seu abastecimento. Precisamos também fazer obras de saneamento, vereadores, porque o mesmo rio de onde sai a água para as nossas torneiras é o depósito dos esgotos da nossa Cidade. Portanto, investimentos no tratamento do esgoto são necessários para que, no futuro, consigamos manter o nosso Guaíba em condições de servir a população de Porto Alegre. Se continuarmos essa política de não fazer investimentos em saneamento público e continuar colocando esses dejetos no nosso rio Guaíba, logo ali na frente também poderemos ter problemas.

Essas são decisões políticas que devemos tomar, e esta Casa é soberana nessas decisões políticas. Espero que os vereadores entendam onde nós devemos fazer os investimentos e tomar as decisões corretas. Investimentos estão sendo feitos em água, mas demanda um tempo para que a população saiba o resultado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Boa tarde a todos, à Presidente Mônica Leal, à Mesa; minha palavra, primeiramente, é de gratidão, especialmente pela nossa posse. Quero agradecer a Deus pela oportunidade que nos dá, nos concede de nós estarmos aqui nesta Casa. Também quero agradecer pela recepção

calorosa que tive aqui. Além de agradecer a Deus e a minha família, quero cumprimentar o presidente municipal do PSC, também secretário estadual, André Maia, dizendo que a nossa missão aqui é colaborar, fazer parte da sociedade e participar efetivamente. Eu, como gestor financeiro, entendo também que as contas têm que fechar, já fiz auditoria em empresas e sei que não se pode ir acumulando um processo de contas, de endividamentos sem que isso um dia estoure, sem que isso um dia arrebente, e essa corda arrebente em alguém. Eu sou completamente a favor de que tem que se fazer um repactuação das dívidas públicas, um controle dos gastos públicos e que alguma coisa tem que mudar, porque a máquina, a meu ver, está muito inchada, e a sociedade não aguenta mais pagar do seu bolso, do seu dinheiro, do seu esforço, do seu empenho todo esse acúmulo de situações que, ao longo do tempo, foi crescendo. A gente sabe que algumas empresas, grandes empresas – não vou citar os nomes aqui – fecharam, quebraram, justamente porque foram se acumulando benefícios, e as pessoas não tiveram coragem de mexer, de fazer um reajuste. Eu sou a favor desse reajuste, desse repactuação, para que, realmente, o governo municipal possa fazer as obras que são tão necessárias e tão importantes para a nossa sociedade. Sem dinheiro não se faz nada, e aumentar impostos não é a solução. Então, na minha opinião, a forma, a maneira correta é fazer uma gestão, com auditoria séria, responsável, para que as contas públicas verdadeiramente possam fechar.

Quero deixar um versículo nesta minha primeira participação, está em Salmos 33:12: “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor”. Que Deus possa ser o Senhor desta Casa e de nossas vidas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mônica, Presidente desta Casa, minha colega de partido; é a primeira oportunidade que tenho para falar aqui como líder do partido, já que nós, Ver. Janta, fazemos um revezamento, temos quatro parlamentares. Quero agradecer a confiança da Mônica, do Ricardo, do Nedel, porque, embora com opiniões diferentes, nos respeitamos, nem por isso vamos brigar, e sim entender o comportamento, a opinião e o ideal de cada colega. Quero saudar os vereadores que chegam a esta Casa, vejo, aqui na minha frente, o meu amigo Tessaro, foi meu colega há muito tempo; o Conceição, agora, em definitivo; o Hamilton, que estava aqui na tribuna, seja bem-vindo a esta Casa, vai contar com o apoio deste vereador; Rafão, também, amigo de longa data, que vem aqui colaborar com este plenário; Ver.^a Lourdes, chegando também aqui conosco; Karen, do PSOL. Acho que contemplei todos que estão assumindo essa responsabilidade junto conosco.

Dando uma opinião clara, me parece que a vinda do prefeito aqui deu um novo alento, Ver. Mauro, V. Exa., que assumiu já no ano passado a liderança e que tem tido um comportamento exemplar, buscando harmonia, diálogo e reconhecendo que –

como eu falava no ano passado ao prefeito – o que for possível nós vamos votar. Não existe 100%; se existe 100%, alguma coisa está errada ou nós estamos iludindo alguém.

Tenho certeza de que o levantamento que fez o Jornal do Comércio surpreendeu a todos. Dos projetos do prefeito, 80% foram aprovados aqui, Ver. Aldacir Oliboni. Às vezes, me chamavam de oposição, quando eu tive 91% de aprovação, e a maioria dos vereadores também estavam nessa média. Então isso foi bom, porque isso clareou aquilo que se pretendia dizer, que um era situação ou oposição. Considero positiva a vinda do prefeito aqui; o prefeito, que atacava a Câmara, vem hoje buscando diálogo, isso é muito bom. Parlamento é para isso, é para ajudar, mas deve ter a sua independência. Eu acredito que este vai ser um ano diferenciado. Aqui, a maioria dos vereadores é experiente, tem alta capacidade para ajudar Porto Alegre, e o prefeito, naquela oportunidade, não contava, diferente de agora, Mauro, tenho certeza. Não é demérito do Ver. Moisés Barboza, ele fez o que era possível, mas, em certos momentos, ele não conseguia contemporizar as ideias e o objetivo do Executivo. Tenho certeza de que, a partir disso, nós vamos ter um ano produtivo.

Presidente, faça o que é possível, se tiver que mudar o Regimento naqueles pontos que dificultam o andamento do projeto... Faça uma análise de projetos, são mais de 700 projetos que estão aí, e a maioria não vai ser votada. São projetos inócuos, estão atrapalhando a pauta, não há necessidade. A CCJ pode fazer uma triagem. Vamos agilizar mais os processos este ano. Eu tenho certeza de que há condição disso, para que nós tenhamos, com a sua ajuda, com o seu comando, um ano produtivo. Dá para melhorar algumas coisas, sempre dá para melhorar, desde que nós tenhamos o conjunto da Casa pensando que dá para ceder.

Eu quero aqui aproveitar a oportunidade, portanto, de transmitir essa confiança para 2019, e dizer à Ver.^a Karen que ela se precipitou aqui. Ela concorda, então, com tudo o que o PT fez neste País: fez mal para as prefeituras, fez mal para o Estado, fez mal para a União. A prova está que ontem, domingo, no plenário, quem viu o PT comandando esta Nação, sabe que eram uns pobrezinhos sem ideal, sem vontade de falar, sem coragem de assumir essa questão, inclusive, apoiando o Renan, que foi a grande vitória. Eu quero me atrever a dizer aqui que o governo Bolsonaro começou ontem, Carús, com aquela vitória no Senado. O governo Bolsonaro começou a vencer, começou a legitimar as suas ideias, até a prova que hoje o Ministro Moro apresenta, com os governadores e os secretários de segurança dos estados, um início de projetos para mexer na segurança – que é uma insegurança, não é segurança, no nosso País. Ele traz a possibilidade de crimes de corrupção serem punidos gravemente, quanto a crime organizado e quanto a crimes violentos. E mais vem aí: quem vai ser preso, quatro cumpre quatro, cinco cumpre cinco, e tem que ser preso! Tem gente saindo da cadeia, no outro dia vai para a rua cometer crime, e volta e sai, e volta e sai e comete os mesmos crimes! Não. Agora mesmo, no Estadão, saiu a notícia de que o ex-presidente da CBF está preso, ele tem que levantar às 6h, tem que colocar o seu uniforme e tem que limpar a sela dele. Para concluir, não tem moleza! Roubou mais R\$ 3,6 milhões de publicidade, em conluio com a FIFA, etc., está preso nos Estados Unidos!

Então, Presidenta, eu saúdo esta iniciava, e temos que apoiar qualquer governo, dentro de uma lógica de que é possível; se for bom para a sociedade, nós temos que aprovar. Um abraço, Presidenta, sucesso na sua empreitada, junto conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, a quem parabenizo, está abrilhantando nossa Casa; mais uma mulher na presidência da nossa Casa, competente, preparada, experiente, que nos traz muita doçura e muita segurança a sua presença de magistrada, presidindo nossa Casa, o que nos orgulha muito. Muito bom começar nossa sessão legislativa sob a sua presidência. Muito obrigado.

Quero dar as boas-vindas ao meu querido amigo Nelcir Tessaro. Foi presidente desta Casa, foi empossado; quero pedir desculpas, já pedi de forma privativa, agora peço de forma pública, não pude estar na posse em razão de viagem. Nosso querido Ver. Hamilton, Deus lhe abençoe, seja muito bem-vindo, sua presença vem para iluminar esta Casa. V. Exa., que é do PSC, nós comungamos desse humanismo social-cristão que coloca a centralidade, a superioridade da pessoa humana, da sua dignidade como finalidade do Estado para o qual existe até o bem comum como meio. Então, é uma honra imensa para mim recebê-lo neste Parlamento. Seja muito bem-vindo, é uma alegria e uma honra. Meu querido Rafão Oliveira, sempre nas mesmas lutas, um homem preparado, aguerrido, está conosco agora, receba as minhas boas-vindas, vereador. Também quero dar as boas-vindas à Ver.^a Karen Santos, que cumpriu seu protocolo de debulhar vários sofismas aqui nesta tribuna. Lembrei agora da revolução francesa, quando a pessoa é racionalista, idealista, ela acha que o mundo começa com ela. Os franceses fizeram isso, mudaram até o calendário. Stalin chegava a deletar as pessoas das fotografias, porque o mundo começava com ele. Nós tivemos um tirano, corrupto, ladrão, que ficou no Brasil, que consolidou isso numa frase: “Nunca antes na história deste País”. Esse é próprio de quem tem uma mente racionalista, que é próprio das doutrinas totalitárias. Então, parece que o mundo agora vai mudar, esta Câmara durante décadas não se preocupou com a juventude; durante décadas, parece, mais de um século, aliás, nunca teve negros nesta Casa, nunca teve mulheres nesta Casa. É um conjunto de palavras-chave, de clichês, de senso comuns repetidos nesta tribuna.

Eu também gostaria de comentar, Sra. Presidente, a sessão vergonhosa do Senado Federal a que todos nós assistimos, e também o orgulho de termos um gaúcho, o deputado Onix Lorenzoni, na Casa Civil, que articulou o último golpe nesta corja de bandidos que governaram o Brasil por tanto tempo e, apegados ao poder, não queriam largar o Senado. Foi um golpe mortal. Igualmente a eleição do Bolsonaro. Eu via colegas aqui da Casa dizer: “Wambert, o que é que tu queres com o Bolsonaro? O Bolsonaro não vai ganhar!” Na época da eleição, esses mesmos colegas estavam

abraçados, agarrados ao pescoço do Bolsonaro. O Bolsonaro foi eleito contra todas as previsões; nós vencemos e elegemos o presidente do Senado contra todas as previsões.

Eu quero encerrar dizendo, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo nesta Casa, que tem conduzido muito bem o governo, que R\$ 262 milhões foram desviados do DMAE para o caixa único da Prefeitura ao longo da gestão passada. Duzentos e sessenta e dois milhões, eu quero registrar. Se isso não tivesse ocorrido, se o DMAE não tivesse sido saqueado, hoje nós teríamos água na Lomba do Pinheiro, nós teríamos água na Zona Leste e nós teríamos água na Zona Sul. É muito fácil esbravejar e gritar, mas o nosso trabalho como vereadores é também atacar as causas. É muito bonito protestar, dá voto, mas nós temos uma responsabilidade com a Cidade, e essa responsabilidade tem que ser revestida da verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadoras e vereadores. Primeiro, quero fazer uma saudação especial aos colegas que foram empossados na última sexta-feira: os vereadores Professor Hamilton; Rafão; Nelcir Tessaro, que já foi presidente desta Casa, e a primeira vez que assumi como suplente foi quando V. Exa. presidia a Casa; Karen e Luciano Marcantônio, que está exercendo a função de secretário municipal de Infraestrutura.

Hoje, a vinda do prefeito Marchezan aqui anuncia um ano em que devemos ter esperança de que toda aquela falta de diálogo que, muitas vezes, foi atribuída para que determinadas iniciativas não prosperassem nesta Casa, e toda aquela argumentação de que havia um conflito permanente entre o Executivo e o Legislativo, possamos compensar os últimos dois anos com um trabalho a favor da Cidade. Obviamente que ninguém aqui vai abrir mão, em razão disso, das suas convicções políticas e dos valores que foram forjados ao longo de suas trajetórias e trabalhados ao longo dos seus mandatos. Mas quando falo que este pode ser um ano de esperança, é uma esperança de que possamos produzir bons debates, como, por exemplo, o que foi trazido hoje pelos auditores fiscais, a partir da manifestação do presidente da Aiamu. Todas as bancadas – do governo, independentes, da oposição – utilizaram o microfone de apartes, saudando o bom trabalho que vem sendo feito pela Receita Municipal. E esse bom trabalho faz com que mais recursos estejam disponíveis nos cofres públicos municipais, para que nós possamos investir – e o Executivo é quem tem essa responsabilidade – nas áreas mais reclamadas pela população. Vamos pegar os exemplos mais recentes, e aqui me somo tanto às reclamações feitas a respeito disso, como aos esclarecimentos também trazidos pela liderança do governo sobre os investimentos do DMAE e os problemas recorrentes da falta de água, que já vem de muitos anos se repetindo nas mesmas

regiões da Cidade. Amanhã, Ver. Oliboni, nós temos a reunião interna da COSMAM, que deverá pautar os pontos que nós deveremos tratar, pelo menos, em fevereiro. E o primeiro deles, já no dia 12 da semana que vem, será o da falta de água, e aí o governo poderá explicar a necessidade de obras que precisam ser realizadas. O próprio prefeito se manifestou a respeito disso na semana passada, é importante que a população conheça a situação financeira do DMAE e é importante que também se saiba e a população que a PPP proposta aqui não é a privatização do DMAE, basta que o poder concedente seja o próprio DMAE, o Município, e não vão se extinguir carreiras, tampouco se renderá patrimônio municipal em função dela. Pelo contrário: nós vamos trazer recurso para que se melhore o serviço não só do abastecimento como também do tratamento do esgoto da nossa cidade. Amanhã nós vamos aprovar esse tema, nós queremos esclarecer, e convidamos a comunidade para que participe, principalmente aquelas comunidades que foram atingidas pela falta de água, para que conheçam a situação e não fiquem apenas debatendo o assunto pela imprensa, porque a Câmara também tem que exercer o seu papel fiscalizador, e eu tenho certeza de que o Executivo tem condições de fazer os esclarecimentos que são necessários.

Então, fica aqui, na retomada dos nossos trabalhos legislativos, após um período de recesso, essa mensagem, porque muitos gostam de fazer proselitismo com a falta de água, mas a falta de água é um problema real que o cidadão vive no seu dia a dia. Nós não podemos fazer proselitismo torcendo para que todo ano continue faltando água na Lomba do Pinheiro, na Restinga, na Zona Leste de um modo geral. Nós temos que resolver o problema, e a Câmara tem que ajudar! A Câmara não pode obstruir, ela tem que fazer uma união de esforços acima dos partidos e da ideologização desse tema, porque nós precisamos fazer com que Porto Alegre leve a efeito a referência que sempre teve de uma das autarquias de saneamento das mais eficientes do nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Vereador Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações, por cedência do Ver. Cassiá Carpes.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, que vergonha trouxe ao país a eleição da presidência do Senado, que ocorreu na sexta-feira e no sábado em Brasília. Foi uma demonstração triste da realidade política do Brasil que tanto temos esperança que mude. Em primeiro lugar, a candidatura do Sr. Renan Calheiros, que não poderia simbolizar melhor a velha política, um homem que ficou ao lado da Dilma Rousseff durante o *impeachment*. E eu tenho certeza de que o nosso MDB aqui não se sente representado por este senhor, como eu também não me sinto representado por Ciro Nogueira, presidente nacional do meu partido.

Uma vergonha, em primeiro lugar, o nível dos debates; em segundo lugar, o gesto da senadora Kátia Abreu de subir à Mesa Diretora, roubar a pasta com as questões

de ordem e a condução dos trabalhos, num gesto que até numa escola infantil seria vergonhoso se alguma criança fizesse. Um gesto de baixíssimo calão que mereceria, em qualquer Casa Legislativa séria, uma denúncia na Comissão de Ética e uma apuração da falta de decoro da parlamentar, que, durante a gestão dos trabalhos, subiu à Mesa e roubou a pasta. Ora, dizia ela, não havia legitimidade em quem conduzia os trabalhos. Mas o senador Davi havia dado posse aos senadores horas antes. Então para dar posse aos seus colegas ela reconheceu a sua legitimidade, para conduzir a sessão subsequente não. Se ora não houvesse a legitimidade, não havia outra ferramenta? Agora, Ver. Mauro Pinheiro, subir à Mesa e roubar a pasta? Ora, são senadores da República! E vencido isso, uma eleição com 81 votantes alcançar 82 votos! E foram destruídas as cédulas. Obviamente havia ali um crime de fraude. Ou havia a Mesa assinado 82 cédulas sabendo que havia apenas 81 senadores para votar? Isso nem em eleição de centro acadêmico se vê uma coisa assim. Que vergonha o que o Senado, na abertura da nova legislatura, proporcionou aos brasileiros, justamente no momento em que todos nós temos tanta esperança de ver vencida esta velha política, que precisamos tanto ver mudar o cenário político do Brasil! Ao assistir à eleição do Senado, senti orgulho da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque aqui nunca somamos 37 votos entre os 36 vereadores, aqui nunca sequestraram a presidência durante a sessão – até aqui ao menos. Preciso registrar também que nunca se votou em sigilo; se votamos, não se vota mais! Oxalá esta Casa nunca faça uma votação secreta, nunca falte aos vereadores a coragem de olhar no olho do cidadão e dizer em que está votando, como está votando. Nós aqui não somos eleitores, somos representantes: quando botamos o dedo no botão para votar, devemos uma justificativa àqueles que aqui nos colocaram, aos eleitores que votaram em nós! A primeira Câmara, lembra-me o Ver. João Bosco Vaz, a tirar o voto secreto. E que assim seja em todos os casos, que nunca tenhamos a vergonha de mostrar aos nossos eleitores como os estamos representando aqui, como teve o senador Paulo Paim, único senador do Rio Grande do Sul que não teve peito de abrir seu voto e mostrar em quem estava votando na eleição – suponho eu, que todos sabem em quem ele votou e por que tinha vergonha de dizer aos seus eleitores o que estava fazendo. Parabéns ao senador Heinze, parabéns ao senador Lasier Martins, que abriram os seus votos, orgulhando assim os votos que receberam. Que vergonha o senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, que teve o despeito de esconder àqueles que votaram neles a qualidade da representação que ele fez.

Então, parabéns à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e que comecemos mais um ano de transparência, de abertura, de contato direto com o cidadão, sem jamais escondermos os votos que damos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara e também das galerias.

Também gostaria de começar o período de Comunicações, primeiro, Ver. Reginaldo Pujol, parabenizando a nova Mesa Diretora da Casa: Ver.^a Mônica Leal, nossa Presidente; Ver. Reginaldo Pujol, nosso Vice-Presidente, todos os demais companheiros que este ano estarão ajudando a dirigir à nossa Casa.

Nesse mesmo esteio, gostaria também de parabenizar aqueles vereadores que estão chegando e alguns retornando à Casa, como é o caso da Ver.^a Lourdes Sprenger, querida companheira que esteve conosco aqui há bastante tempo, no ano passado esteve em exercício e agora retorna também. O Ver. Nelcir Tessaro também conhecido de longa data, como já foi dito aqui desta tribuna, já foi Presidente da Casa pelo PTB, e agora com uma nova opção partidária, com certeza, teremos uma convivência muito pródiga nesse período. Quero parabenizar a Ver.^a Karen Santos que chega pela eleição da Ver.^a Fernanda Melchionna. O querido amigo Ver. Hamilton, que fez parte, Ver. Cláudio Janta, da sua coligação proporcional e da nossa coligação majoritária que disputou a última eleição para a Prefeitura de Porto Alegre; então, é uma grande honra Ver. Pastor Hamilton tê-lo aqui como colega, tenho certeza que V. Exa. terá um grande desempenho nesta Casa. Quero parabenizar também o meu colega Rafão Oliveira, o PTB nesta eleição elegeu um deputado estadual que era vereador, mas fez dois vereadores: o Ver. Luciano Marcantônio, que continua licenciado servindo o Executivo lá na Secretaria Municipal de Infraestrutura e o querido Ver. Rafão Oliveira que agora, então, está aqui conosco por um período bem mais longo e com certeza poderá desenvolver todos aqueles projetos, aquelas questões que o trouxeram até a Câmara Municipal, ao nosso Parlamento de Porto Alegre. Também o Ver. Comassetto, que assume no lugar da Ver.^a Sofia Cavedon.

Queria fazer o registro aqui também do grande momento para nós, do PTB de Porto Alegre e do Estado, em especial também, Ver. Ricardo Gomes, que foi a posse do deputado federal Maurício Dziedricki em Brasília. O Maurício é conhecido de todos nós, como havia falado, concorreu a prefeito de Porto Alegre, foi vereador desta Casa, o vereador mais votado na eleição de 2008, com 15.500 votos – de lá para cá, nenhum outro candidato, Ver. Tessaro, teve esse desempenho eleitoral –, foi nosso secretário de Obras, e, na última legislatura, deputado estadual. Esse jovem agora chega ao Congresso Nacional, neste momento de grande renovação do Congresso – só na Câmara Federal foram 47% de renovação, e o deputado Maurício chega lá neste espírito de renovação, Ver. Márcio Bins Ely, na defesa das suas principais pautas. O Maurício aprovou aqui no Rio Grande do Sul o Cadastro Estadual de Pedófilos, quer levar esse projeto para o Congresso Nacional; vai continuar, Ver. Hamilton, trabalhando muito na questão da renda, do microcrédito. Quando foi secretário estadual, o Maurício trabalhou aqui, criou o Programa Gaúcho de Microcrédito, foi o maior programa de microcrédito do Brasil, emprestou mais de R\$ 500 milhões para aquele pequeno empreendedor, Ver. Robaina, que precisava justamente de um pequeno aporte para desenvolver o seu negócio e ter aquilo que é mais digno, que é viver da sua própria produção, viver do seu

próprio trabalho. Então, o gabinete 576, lá no anexo 3, está à disposição de todos os nossos amigos vereadores de Porto Alegre, da população de Porto Alegre e do Rio Grande como um todo.

Quero também fazer um registro muito especial da eleição e posse do nosso colega Elizandro Sabino, vereador aqui de Porto Alegre, pelo segundo mandato. Chegou a esta Casa juntamente comigo e agora irá representar o PTB de Porto Alegre na Assembleia Legislativa. Nesta legislatura, Ver. Reginaldo Pujol, da mesma forma que o DEM vai ter a presidência da Câmara Federal e do Senado Federal, o PTB retorna à presidência da Assembleia Legislativa com o deputado Luís Augusto Lara, um deputado de muitos mandatos, Ver. Wambert, que agora assumiu, juntamente com o conjunto dos deputados nesta legislatura, a presidência da Casa do Povo de todos os gaúchos, a quem eu também quero desejar muito sucesso, também a toda a bancada do PTB, em especial ao nosso colega Elizandro Sabino e ao deputado Lara, que terá a atribuição de presidir o Parlamento gaúcho neste ano de 2019.

Chegando mais para o final, não poderia deixar de abordar um assunto que foi bastante debatido, nesta tarde, que é a questão das dificuldades do Departamento Municipal de Água e Esgoto para manter o fornecimento de água em toda a nossa Cidade. Logicamente estamos no auge do verão, com Porto Alegre fazendo temperaturas de até mais de 40°, sensação térmica de 43°, e não ter água na torneira realmente é uma dificuldade muito grande. Mas, Ver. Cassiá Carpes, precisamos também ter a ciência de que este problema não é de agora. Porto Alegre tem essa dificuldade em relação ao fornecimento de água e vinha sendo externada há algum tempo, aliás, as formas de solução também não são novas. Todos sabemos na Cidade que é fundamental a nova estação de tratamento de água lá na Ponta do Arado, em Belém Novo, que irá resolver, de forma definitiva, o fornecimento de água do Extremo-Sul, da Lomba do Pinheiro e das regiões mais ao sul da nossa Cidade que hoje sofrem com o fornecimento de água. Nós aqui aprovamos, ao final do ano passado, a autorização do crédito, junto à Caixa Econômica Federal, para que R\$ 250 milhões fossem liberados para fazer essa obra que custa R\$ 230 milhões. Falou aqui o nosso líder Mauro Pinheiro e esmiuçou os números: dos R\$ 250 milhões, R\$ 230 milhões são para essa obra da Ponta do Arado, que levará, Ver. Ferronato, três anos para ficar pronta. Portanto, não podemos, logicamente, ter mais três verões com a mesma situação. Por isso mesmo existe um plano emergencial de outras pequenas obras, e a principal delas é a interligação do sistema do Menino Deus com o sistema de Belém Novo para que se possa, até que fique pronta a nova estação de tratamento de água da Ponta do Arado, amenizar essa situação. E esses recursos sairão dos outros R\$ 30 milhões para outras obras de menor impacto, e se estima que, até o meio do ano, se consiga ter essa interligação para que, no próximo verão, se não conseguirmos sanar por completo o problema, que ele seja muito amenizado e que as pessoas que, infelizmente, por um problema que não foi criado hoje, estão com falta de água potável nas suas torneiras não sofram mais um verão como estão sofrendo neste verão de 2018/2019. Então, o Departamento Municipal de Água e Esgoto tem trabalhado muito, incansavelmente, para que esses problemas sejam resolvidos, solucionados e que,

através de medidas de menor impacto, se possa fazer a ligação do sistema do Menino Deus até o de Belém, e que em até três anos, Ver.^a Mônica Leal, possamos ter a nova estação de tratamento lá da Ponta do Arado.

Como V. Exa. não estava presidindo no início da minha fala, eu queria, mais uma vez, parabenizar a nova Mesa Diretora, em seu nome, Presidente, Ver.^a Mônica Leal, e desejar que a Mesa Diretora tenha muito êxito na condução administrativa desta Casa e que V. Exa., em especial, tenha também muito êxito na condução política dos destinos, tanto do plenário, quanto na condução da nossa Câmara Municipal de Porto Alegre. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito obrigada, Ver. Cassio Trogildo. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, é uma alegria estar aqui no dia de hoje nesta Casa onde já estive no ano passado, como suplente, no mês de julho, depois novamente no mês de novembro, mas agora definitivamente aqui estou, justamente na Casa que me acolheu tão bem no ano de 2008. Dois assuntos aqui são importantes, vou deixar para a parte da política nacional o comentário final porque o que interessa para nós, aqui, é a política municipal. É no Município que as pessoas vivem, é no Município que as pessoas necessitam de melhor atendimento. Quero cumprimentar, primeiro, o Executivo, porque eu tenho visto, desde o início do mês de janeiro, que nossas ruas de Porto Alegre foram retomadas quanto ao asfaltamento. Estávamos precisando, porque havia reclamações de todos os cidadãos de Porto Alegre. Hoje, nós estamos vendo que estão começando justamente a atender as vias principais para podermos ter, cada vez melhor, um trânsito fluindo nesta Cidade.

Falou-se muito no dia de hoje aqui sobre o problema do DMAE e da falta de água. Eu acho que a crise financeira do DMAE é uma consequência dos últimos anos. É natural que a dificuldade financeira faça com que os serviços necessários, os principais para os cidadãos, tenham mais morosidade para o atendimento, mas também, não podemos esquecer, principalmente na região leste, na Lomba do Pinheiro, onde há necessidade de uma intervenção muito grande do Município no sentido de dar condições àquelas famílias que ali possuem diversas ocupações na Cidade. Muitas ocupações ali ocorrem, então há dificuldades, porque elas fazem com que haja a ligação direta d'água, sem qualquer precaução, fazendo com que haja a fuga de água. E não existe quem possa fazer o recolhimento e o abastecimento d'água, quando não se tem uma previsão do gasto de água. E ocorre que nós temos muitas ocupações irregulares na

Lomba do Pinheiro, que, se não tiveram uma política habitacional forte, principalmente agora, neste momento crítico nacional, quando os programas que havia foram cortados, porque não havia controle da população, e a inadimplência de quem tem o Minha Casa, Minha Vida chega a 80%... Chegar à inadimplência de 80% quer dizer que a bola vai se diluindo, porque não se tem como aplicar os recursos que estão sendo recebidos, pelas prestações da casa própria, para atender as novas pessoas. Esse é justamente o gargalo principal.

E o nosso DEMHAB? Nós sabemos que não tem condições. E a busca de recursos para ele poder propor a contrapartida para estas aplicações necessárias, para que não haja mais tantas ocupações na Cidade? Não é só na Zona Leste; nós temos um cinturão, Porto Alegre tem um cinturão que começa na Zona Leste, na Lomba do Pinheiro, que vai para o Lami, vai para o Belém Novo, vem para as ilhas da nossa Cidade, que vai para o 4º Distrito até o Sarandí. Então, nós temos o atendimento, nesse ponto habitacional de Porto Alegre, que, há muitos anos – digo há muitos anos, há exatamente oito anos... Não estamos diante de um programa forte para atender a essas famílias. Isto é lamentável, mas nós temos de fazer com que ressurgam, novamente, os programas habitacionais. Na política nacional, nós nos sentimos envergonhados, quando uma senadora proporcionou a ocupação da Mesa, para que não pudessem fluir os trabalhos, de maneira a interferir, justamente, para que não pudessem dar continuidade à presidência. Isso de pessoas tomarem a Mesa Diretora também já ocorreu nesta Casa. A Mesa da presidência é do Presidente ou da Presidente, e esse local deve que ser respeitado. O que aconteceu foi lamentável lá em Brasília, lamentável a atitude da Senadora Kátia Abreu e lamentável a atitude de quem lá estava conduzindo os trabalhos, que permitiu que naquele dia tivesse 82 votos; depois teve a correção, voltou para 81, mas ficou como se a Casa tivesse 82 deputados por uns cinco, dez minutos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando Licença Paternidade, nos termos do art. 218, inc. V, do Regimento, no período de 1º de fevereiro a 5 de fevereiro de 2019.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0419/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/18, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o art. 18 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e

dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo § 4º para excetuar do disposto em seu inc. IX as concentrações, as caminhadas, as manifestações e as festividades de caráter político, cultural, cívico, religioso ou popular realizadas nos termos daquela Lei Complementar.

PROC. Nº 1043/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/18, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e outros, que inclui al. j no inc. XVI do *caput* do art. 76, inc. XI no *caput* do art. 141 e art. 153-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores – dispondo sobre afastamento e licença para doação de leite materno.

PROC. Nº 1070/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/18, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e outros, que inclui al. j no inc. XVI do *caput* do art. 76, inc. XI no *caput* do art. 141 e art. 153-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 - que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores –, e alterações posteriores, permitindo que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 10 (dez) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto ou neta cujo nome do pai não tenha sido declarado.

PROC. Nº 0391/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/18, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que institui a Política do Cuidador Cidadão no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0543/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 039/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que denomina Rua Caroline Pletsch o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Pedestre D – Vila Hípica do Cristal –, localizado no Bairro Cristal.

PROC. Nº 0573/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/18, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que altera a ementa, o *caput* e o § 1º do art. 1º e inclui § 3º no art. 1º e art. 1º-A, todos na Lei nº 8.203, de 10 de setembro de 1998, dispondo sobre a abertura de espetáculos musicais de artistas ou conjuntos no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1178/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/18, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que denomina Rótula Jornalista Paulo Sant'Ana o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil, Cento e Trinta e Três, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 1268/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 118/18, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que denomina Praça Ary Drumm o logradouro não cadastrado conhecido como Praça Sete Mil e Trinta e Cinco, localizado no Bairro

Hípica.

PROC. Nº 1271/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que denomina Campo de Futebol Rui Larrossa o próprio municipal existente dentro do Parque Ramiro Souto.

PROC. Nº 1281/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel e outros, que denomina Rua da Legalidade e da Democracia o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Noventa e Três, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1285/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/18, de autoria do Ver. Adeli Sell, que denomina Rua Angelo Matiazi o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil, Cento e Quarenta e Nove, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 1283/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera o § 1º do art. 25 e o § 1º do art. 38 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no município e dá outras providências –, dispensando a obrigatoriedade de apresentação de ata de reunião para a instalação de veículos de divulgação em áreas comuns de edifícios e modificando o regramento para a instalação de painel mural, luminoso ou iluminado, sobre as fachadas laterais de edificações e empenas cegas.

PROC. Nº 1301/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Parque Pontal o logradouro público que se estende entre o Lago Guaíba e a Diretriz 4.906, limitado a leste pela Avenida Padre Cacique, a norte e a oeste pelo Lago Guaíba e a sul pelo Arroio Sanga da Morte, com acesso pela Avenida Padre Cacique, 2.893, localizado no Bairro Cristal.

PROC. Nº 1303/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/18, de autoria do Ver. Professor Wambert, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Erni Wiethaeuper.

PROC. Nº 1309/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Ezonira Prado Farias o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil, Cento e Cinquenta e Seis, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima.

PROC. Nº 1325/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 148/18, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Rua Johnson Flaudiney Pereira da Silva o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Um – Cooperativa Clara Nunes, localizado no Bairro Lageado.

PROC. Nº 1338/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Tio Tony o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Seis, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1356/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor João Henrique Sommer Pereira.

PROC. Nº 2737/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 263/15, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga os hospitais públicos e privados no Município de Porto Alegre a autorizarem a entrada de animais de estimação para visitas a pacientes terminais.

PROC. Nº 0938/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 100/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe a criação de zoológicos e minizoológicos no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 3001/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 334/17, de autoria do Ver. Marcelo Rocha, que obriga o Executivo e o Legislativo Municipais a retirar de suas repartições símbolos religiosos expostos em espaços destinados ao público.

PROC. Nº 3003/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 336/17, de autoria do Ver. Marcelo Rocha, que cria o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Conselho Municipal LGBT) e o Fundo Municipal de Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (FMLGBT–POA).

PROC. Nº 3080/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 348/17, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que obriga a Administração Municipal a cobrar de pessoas físicas ou jurídicas os custos oriundos dos serviços de limpeza urbana, de remoção de veículos ou materiais abandonados e da reparação dos danos ao mobiliário urbano e a equipamentos públicos ocorridos em função da realização de eventos abertos ou fechados, manifestações, passeatas, desfiles ou outro tipo de concentração popular em vias públicas e que culminem em depredação de coisa alheia, vandalismo, perigo à pessoa, ao patrimônio público ou particular, à paz pública ou à incolumidade pública.

PROC. Nº 3202/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 375/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que cria o Programa de Incentivo à Arte Urbana – PIA Urbano.

PROC. Nº 0131/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe o uso de carroças no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0474/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/18, de autoria

do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece a reserva pela Companhia Carris Porto-Alegrense de 1 (uma) linha de ônibus, em 1 (um) horário por semana, preferencialmente aos sábados, com embarque no Bairro Centro Histórico e desembarque na Unidade de Saúde Animal Victória, para transportar pessoas com o objetivo de adotar animais.

PROC. Nº 0552/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria serviço de asilo público para animais com idade avançada e que não possuam tutores no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0554/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria o Presídio Municipal para presos condenados por maus-tratos e violência contra os animais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0555/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que cria a Vara de Justiça especializada da causa animal no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0643/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina que o sistema prisional deverá oferecer às detentas curso de tosa em cães.

PROC. Nº 0660/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina o pagamento de pensão alimentícia a animais pet em caso de separação judicial ou de união estável do casal tutor no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0713/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/18, de autoria do Ver. Alvon Medina, que estabelece critérios para a utilização das vagas destinadas aos idosos e às pessoas com deficiência em estacionamentos de estabelecimentos privados no âmbito do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0714/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 064/18, de autoria do Ver. Alvon Medina, que cria o Projeto Porto Alegre 50+. **Com Substitutivo nº 01.**

PROC. Nº 1039/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 093/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal a pessoas jurídicas de direito privado que contribuam para a criação ou desenvolvimento de outras pessoas jurídicas de direito privado que participem de projetos sociais e que visem à criação de emprego ou à geração de renda no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1255/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 113/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que dispõe sobre a utilização do seguro-garantia de execução de contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços de

valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e dá outras providências.

PROC. Nº 1261/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que inclui a efeméride Semana do Samba no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser celebrada, anualmente, entre os dias 26 de novembro e 2 de dezembro, dia nacional do samba.

PROC. Nº 1315/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/18, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que classifica como deficiência visual a visão monocular no âmbito do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1363/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 161/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que inclui a efeméride Dia Internacional da Pessoa com Deficiência no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 3 de dezembro.

PROC. Nº 1372/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 165/18, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

PROC. Nº 1257/18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que susta, com base no inc. IV do art. 57 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o ato de bloqueio preventivo dos imóveis do Bairro Petrópolis, efetivado com base na Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008, revogada pela Lei Complementar nº 829, de 5 de janeiro de 2018.

PROC. Nº 1314/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/18, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Comunitária Vó Belinha.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, é uma alegria que, neste primeiro dia do ano legislativo de 2019, eu possa saudá-la como Presidente da Casa. Aliás, tenho o privilégio de ser o seu Vice-Presidente, o que engrandece sobremaneira o meu portfólio. Vereadora, parece que coincide com a sua capacidade de trabalho a circunstância de que, no primeiro dia deste ano legislativo, nós tenhamos alguma coisa como 40 novos projetos que iniciam a tramitação aqui na Casa,

muitos deles polêmicos, alguns dos quais irão merecer um exame muito apurado por parte da Procuradoria da Casa e da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, a respeito, inclusive, da sua própria eficácia. Mas um, Vereadora-Presidente, se sobrepõe sobre os demais, e eu tenho o maior prazer de me referir ao Projeto de Lei do Legislativo nº 127/18, de sua autoria, que altera o § 1º do art. 25 e o § 1º do art. 38 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no município e dá outras providências –, dispensando a obrigatoriedade de apresentação de ata de reunião para a instalação de veículos de divulgação em áreas comuns de edifícios e modificando o regramento para a instalação de painel mural, luminoso ou iluminado, sobre as fachadas laterais de edificações e empenas cegas.

Eu tenho a alegria do trabalho que V. Exa. teve nesse particular e conheço a força motriz que determinou a apresentação desse projeto. Que bom que a gente tem, vereadora, entre os nossos familiares mais próximos, pessoas que podem nos ajudar no mandato. V. Exa., nesse particular, é privilegiada duplamente: pelo ascendente e pelo descendente – um como inspiração e outro como colaboração. Em relação a esse projeto, quero, desde logo, me comprometer com ele, porque, inclusive, ele dá uma redação melhor a uma emenda que o Ver. Nedel havia, no passado, feito sob minha inspiração a essa lei que está vigorando. Isso certamente vai clarear, vai desburocratizar e vai tornar a possibilidade de se ocupar esses espaços aqui referidos sem a multiplicidade de complicações que a burocracia oficial com frequência apresenta. Aliás, eu quero chamar a atenção da Casa para esse particular, porque à medida que se regra a ocupação desses espaços e se vincula a vontade do condomínio na ocupação desses espaços, nós estamos contribuindo para que a Cidade seja mais bonita, mais limpa, mais adequada e que não sirva de local onde se botam as mais estranhas e até mesmo obscenas colocações que descaracterizam por inteiro o visual do mobiliário urbano da Cidade.

Eu cumprimento, por conseguinte, vereadora, V. Exa., e, propositadamente, escolhi entre as quatro dezenas de projetos que tramitam nessa apresentação preliminar tão oportuna que a Casa realiza, dada a quantidade de projetos que aqui chegam, sendo boa parte deles de autoria de vereadores que estão iniciando o mandato, Ver.^a Lourdes... E eu quero chamar a atenção, no bom sentido, de V. Exa., tem algumas proposições aqui que nós temos que discutir mais profundamente, até porque acredito que prosperar essas propostas já deveria ter sido objeto de um posicionamento na hora mesmo do protocolo. V. Exa. sabe a que eu estou me referindo, eu não quero nominar absolutamente nada nesta hora, seria, ao meu ver, antiético, mas essa preocupação eu não posso deixar de ter.

Por final, Presidente, eu gostaria que V. Exa. me autorizasse a juntar esse período de análise preliminar das matérias trazidas à colação da Casa e me concedesse o período de liderança pelo Democratas, porque eu quero fazer uma manifestação –tenho até rascunhada essa manifestação. É uma homenagem que eu quero prestar aos meus dois companheiros de bancada, vereadores Nelcir Tessaro e Conceição, que comigo formam uma bancada de três integrantes, historicamente a primeira bancada da Casa,

definitivamente, consolidada nesse número. É um fato que eu quero registrar com a maior sinceridade e, sobretudo, com certa emoção, porque são dois grandes valores que se somam ao nosso trabalho, que, por longo tempo, era único; mais tarde, foi acompanhado de outros bons companheiros; e, hoje, tem a solidariedade desses dois valores a que eu me referi.

Eu sempre digo que recesso não são férias, e eu acho que, hoje, V. Exa., é a melhor testemunha que eu posso ter nesse sentido. Desde o dia 3 do mês de janeiro do corrente ano, quando assumimos a responsabilidade da Casa, juntamente com a orientação de V. Exa., que raros, raríssimos foram os dias que eu não estive aqui atendendo, por solicitação de V. Exa., lhe dando cobertura em determinados momentos, interna e externamente, dentro de um propósito que nós temos de trabalhar o máximo possível para a valorização deste Parlamento; às vezes, nós nos queixávamos de que ele pudesse apresentar algumas deformações, e dentro do que aconteceu, nesses últimos dias, no Senado Federal, na Câmara alta da República, nós somos aprendizes de feiticeiro, em relação a esse particular a essa situação, Ver.^a Lourdes.

Mas eu queria dizer que, neste período, eu aproveitei para verificar *in loco* várias situações na Cidade, que nos determinam renovar compromissos que não só nossos, mas são partilhados com os companheiros da nossa bancada, e que, inclusive, nos dizem respeito, até mesmo, por que não confessar, a diálogos que temos mantido com a comunidade em geral, com as autoridades constituídas, com o prefeito Marchezan, com representantes do governo estadual, dentro da ideia de que quando voltamos ao Plenário Otávio Rocha, podermos dizer, em alto e bom som, que o interesse público sempre será a nossa bandeira e que certamente não haverá de criar constrangimento conosco, recuarmos em algumas posições, evoluirmos em relação a outras tantas e somarmos, sempre que necessário for, para que o bem comum possa ser plenamente alcançado e que problemas seculares de Porto Alegre, como esse a que se referiu ainda há pouco o meu amigo Cassio Trogildo, a respeito do problema que ciclicamente a Cidade vive com as dificuldades do abastecimento de água potável de toda a população, na busca dos cem por cento de atendimento, que não raro apresenta deficiência que urge ser corrigida, e que eu acredito que o governo atual esteja caminhando nesse sentido, contornando situações passadas, que não vão ser comentadas no presente momento, pois no momento em que forem tomadas algumas decisões do passado, essas foram, face a uma política da época e às circunstâncias que assim determinaram.

Agora, diante dessa nossa realidade, nós temos que, juntos, a Casa, buscarmos especialmente àqueles que, quando se fala na hipótese de que um dia o DMAE seja privatizado, levantem as suas vozes no sentido de que isso não venha a ocorrer. E a maior garantia de que isso não virá a ocorrer será fortalecer o DMAE, de tal sorte que ele cumpra, por extensão, todos os compromissos que foram anteriormente assumidos e outros tantos que venha a surgir, mantendo um bom nível de atendimento à população na Cidade no que diz respeito ao abastecimento de água potável, e por que não, também, com relação ao esgotamento.

Concluo dizendo que esses e tantos outros temas, os esqueletos, os moradores de rua, o patrimônio histórico, uma nova política com relação ao solo criado, todos esses fatos que ficaram pendentes do ano passado na área de transporte público, nós teremos que enfrentar de frente, sem titubear, sabendo que a vida pública exige de todos aqueles – e os vereadores desta Casa não são exceção – posturas e comportamentos adequados às circunstâncias e às necessidades.

Era isso que eu queria, em nome da liderança do Democratas, em homenagem aos novos companheiros da bancada, fazer no dia de hoje. Muito obrigado, Nelcir Tessaro; obrigado, Cláudio Conceição, a fortaleza que vocês dão ao partido de Porto Alegre é maior, inclusive, do que a conquista de presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Vale mais do que Porto Alegre para nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, iniciando esta nova, para mim, legislatura, embora, no ano passado, eu aqui compareci substituindo o Valter Nagelstein, o Ver. Idenir Cecchim, e fiquei até o período de novembro, hoje retorno a esta Casa substituindo a Ver.^a Comandante Nádia, que é secretária municipal de Desenvolvimento Social. Observo um plenário totalmente modificado, e eu quero hoje registrar alguns nomes que fizeram parte do meu primeiro mandato: vereadoras Jussara Cony, Any Ortiz, Sefora Mota, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna; a Ver.^a Mônica, que continua conosco, a nova vereadora Karen. Também tivemos, à época, a Ver.^a Luiza Neves, que era suplente de vereador. Algumas dessas vereadoras seguiram outros caminhos, como os Parlamentos estadual e federal, a quem eu cumprimento; outras não estão mais com mandato. Realmente, modifica bastante chegar aqui e encontrar somente a Ver.^a Karen, que agora é titular, e a Ver.^a Mônica, como presidente. Muito nos orgulha ter uma mulher como presidente depois de tanto tempo.

Hoje, em 1ª sessão de Pauta, temos alguns projetos que interferem na área que eu atuo. Além de ser auditora, eu sou militante da causa animal, iniciei no meio ambiente, mas fiquei com esse braço da causa animal, o que se discute como gestão, como saúde pública, não como um fato isolado de um caso que se resgata, em que surgem mensagens comovendo a população, não. Nós queremos trabalhar pelo controle populacional, pela identificação de animais, por menos animais nas ruas, por menos animais transmitindo doenças, por menos sofrimento.

Eu observei que, quando as pessoas dizem que passaram na Câmara e não aprovaram nenhum projeto, alguma coisa tem. Vejo aqui projetos que foram desarquivados agora, em janeiro, do ex-vereador Rodrigo Maroni, como o que proíbe carroças em Porto Alegre. Eu me pergunto como é a rotina nesta Casa em que passa, na Procuradoria, um projeto, quando já existe uma lei aprovada em 2008 que implementa a

lei das carroças em Porto Alegre, com inclusão social. Hoje nós fazemos uma espécie de fiscalização em parceria com a EPTC, essa lei é modelo para o País, porque se retiraram as carroças, tirou-se o sofrimento do animal na área urbana e ainda se incluíram essas pessoas em outras atividades, ou até em galpões de reciclagem, com financiamento do BNDES no valor de R\$ 9 milhões, mais a contrapartida da Prefeitura de R\$ 9 milhões – não houve quem não soubesse dessa notícia. Mas apresentar, nesta Casa, um projeto que já é lei na Cidade, e que terá parecer contrário na CCJ? Como entra um projeto desses? Há também vários outros projetos inconstitucionais ou que são de atribuição do Executivo, do mesmo ex-vereador. Então, é necessário um filtro para que o relator da CCJ não perca tempo. Esta é uma crítica que faço, não é a primeira vez e que continua ocorrendo. Tenho a minha posição crítica pela inconstitucionalidade do PLL nº 041/18; do PLL nº 043/18; do PLL nº 044/18; do PLL nº 052/18; do PLL nº 054/18 e do PLL nº 005/18, o das carroças. Até parece brincadeira que, quem exerceu o mandato, não tivesse conhecimento de que já era lei na Cidade.

Aproveito para cumprimentar meus colegas de profissão, os auditores do Município, que aqui estiveram, trazendo boas notícias de aumento de arrecadação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h33min.)

* * * * *